

8

PERSPECTIVAS MOÇAMBICANAS SOBRE A PRESENÇA CHINESA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DISCURSOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS, DE UM BLOG E DE TRABALHADORES MOÇAMBICANOS DE MAPUTO

João Feijó¹

Introdução

A presença chinesa em Moçambique não constitui um fenómeno recente. Tal como em diversas localidades africanas, da África do Sul (Park 2008: 9-31), Maurícias, Madagáscar ou Reunião, a partir de finais do século XIX, emigrantes chineses instalaram-se na cidade de Lourenço Marques, actual Maputo (Medeiros 2007). A construção de edifícios públicos e casas particulares, do porto marítimo, caminho-de-ferro e outros empreendimentos coloniais carecia de uma mão-de-obra minimamente qualificada e de baixo custo. Foi neste contexto que os *coolies*² chineses constituíram uma alternativa bem mais económica, comparativamente com a dispendiosa mão-de-obra europeia. Tanto nestas como noutras tarefas, os chineses distinguiram-se pelos seus conhecimentos, competências e qualidade, gerando uma forte concorrência com os trabalhadores europeus. A comunidade chinesa estava concentrada na cidade da Beira e Lourenço Marques e, tal como as comunidades de descendência indiana e paquistanesa, os chineses foram marginalizados pela população branca laurentina.³

Dos *'chinas'* dizia-se que eram fechados, servis e pouco higiénicos e, no início do século XX, a imprensa representava-os como *'agricultores imundos, que punham em*

permanente risco a salubridade pública' (Zamparoni 2000: 200). A partir da década de 1930, comerciantes chineses estabeleceram-se na cidade de cimento dos colonos e, mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, instalaram pequenas indústrias de confecções. Saídos das escolas portuguesas, os mais novos passaram a trabalhar nas instituições públicas e privadas (Medeiros 2007). Na sequência da independência de Moçambique em 1975, uma grande parte dos sino-moçambicanos emigrou para Portugal, Brasil ou África do Sul.⁴

Ao nível das relações diplomáticas e na sequência da conferência de Bandung, os contactos da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) com a República Popular da China remontam à primeira metade da década de 1960.⁵ A China encetou esforços no sentido de influenciar o pensamento ideológico da Frelimo, com o objectivo de estender o seu prestígio e influência, o que se tornou mais evidente após a morte de Eduardo Mondlane. A prestação de apoio ao nível da formação militar de guerrilheiros da Frelimo foi efectiva (Taylor 2006, Henriksen 1978, Jackson 1995). Após a independência de Moçambique, os dois países formalizaram laços diplomáticos. Não obstante a União Soviética ter demonstrado um papel mais decisivo no relacionamento com Moçambique,⁶ a China manteve relações de cooperação, quer ao nível de apoio financeiro, quer em termos da disponibilização de quadros técnicos, ou até apoio alimentar (Taylor 2006: 94). Uma nova geração de cidadãos chineses entrou no país, integrada em diversos projectos relacionados com a saúde, com a mecanização agrícola, com a indústria têxtil e calçado ou com a energia eólica (Liu 2009: 226).

As relações económicas com Moçambique sofrem um novo impulso na viragem para o novo milénio. Na sequência da *Going Out Strategy*,⁷ Moçambique conhece a maior vaga de imigração e de investimento chinês de sempre. De acordo com dados disponibilizados pelo Centro de Promoção do Investimento (CPI), no ano de 2003 Moçambique registou a entrada de 1,3 milhões de dólares de investimento directo chinês, de 5,5 milhões em 2005 e de 61 milhões em 2007, altura em que constituía o 6º maior investidor estrangeiro. Ainda que a quantificação da população chinesa residente em Moçambique constitua uma tarefa problemática, de acordo com várias estimativas o total de imigrantes rondava, em 2009, os 10 mil habitantes,⁸ o que representaria cerca de 0,05% da população total de Moçambique. Por todo o continente africano, a China vem reforçando um conjunto de relações diplomáticas, desta vez com motivações bem mais económicas do que políticas.

Na sequência deste processo de investimento e de movimentos migratórios, os *mass media* e a produção académica vêm reportando o surgimento de um sentimento anti-China ou anti-chinês, em diversos países do continente africano.⁹ As forças rebeldes da Etiópia, Sudão e República Democrática do Congo (RDC)

têm expressado essas atitudes, com base nas ligações existentes entre a China e os regimes a que os rebeldes se opõem (Sautman & Park 2009: 258). Um sentimento de antagonismo também foi expresso contra imigrantes chineses em África, por parte de comerciantes de mercados do Mali, Senegal, Camarões, Gana, Togo, Uganda (Sautman & Park 2009: 258), Namíbia (Dobler 2008: 244) e RDC (Vircoulon 2009: 313). Estas reacções enquadram-se, na maioria das situações, num fenómeno de competição pelo acesso a recursos de poder, que tem como alvo estrangeiros (investidores e trabalhadores) em geral, e não a comunidade chinesa em particular. Por este motivo, essas atitudes deverão ser entendidas não tanto como reacções étnicas (particularmente anti-China), mas como respostas nacionalistas, sob um discurso de defesa de grupos maioritários mas desfavorecidos. Sautman e Park (2009: 258) realçam que, tanto os *mass media* como os investigadores vêm insistindo num sentimento anti-China, com base no que vão noticiando na África Austral, sobretudo na Zâmbia e Lesoto, mas também Zimbabué, África do Sul e Namíbia. Contudo, é possível identificar uma série de atitudes entusiastas relativamente à China e aos Chineses, relacionadas, por exemplo, com as suas contribuições económicas e capacidade de trabalho.¹⁰ Para Sautman & Park (2009: 258), o sentimento anti-China e anti-chineses que vem sendo manifestado não constitui algo inteiramente espontâneo, mas enquadrado num processo de lutas político-partidárias e de manipulação da opinião pública contra os partidos no poder. Trata-se de movimentos, por vezes de pendor populista,¹¹ que comparam a presença chinesa em África a processos neocoloniais, responsabilizando-a pela exploração e degradação das economias locais.

Não obstante se terem multiplicado diversas pesquisas sobre a China em África, continua-se a registar um défice de informações sobre as relações entre a China e Moçambique. Os trabalhos publicados versam sobretudo sobre as relações diplomáticas entre a China e Moçambique (Taylor 2006), sobre o investimento chinês no país (Liu 2009) ou no sector agrícola em particular (Chichava 2011), sobre oportunidades de desenvolvimento (Chichava 2010) e impacto do FOCAC (Hon, *et al.*, 2009). Ao nível do impacto ambiental das actividades económicas de empresas chinesas são conhecidos alguns relatórios promovidos por organizações não governamentais, nomeadamente os estudos de Lemos & Ribeiro (2007) e de Mckenzie (2006). Apesar de o assunto constituir notícia nos *media* moçambicanos, as representações sociais e as relações laborais nas empresas chinesas em Moçambique ainda estão envoltas em mistério. A existência de rumores – como o facto de grande parte dos trabalhadores chineses em África constituírem reclusos – partilhados por populações de diversos estratos da sociedade, ilustra o distanciamento e conseqüente desconhecimento intercultural. Neste cenário, este texto pretende contribuir com uma análise das diferentes

perspectivas moçambicanas acerca da presença chinesa em Moçambique. Na análise pretende-se distinguir as representações sociais de três grupos sociais emissores de opinião. Em primeiro lugar, os quadros moçambicanos em posições ministeriais; em segundo lugar os actores que dinamizam os *mass media*, e, por fim, os trabalhadores moçambicanos que exercem actividades em empresas com capital chinês.

Metodologia

Este texto resulta de um conjunto de duas investigações e de uma acção de consultoria, desenvolvidas entre 2008 e 2010 na cidade de Maputo. Em primeiro lugar, tratou-se de parte de uma investigação de doutoramento sobre relações interculturais em contexto organizacional. No âmbito desta pesquisa foram analisadas oito empresas de capital chinês, dos sectores da construção civil (3), da restauração (1), da indústria (1), do sector gráfico (1), das telecomunicações e de cuidados pessoais (1). Ao longo da investigação foram entrevistadas, entre outros actores sociais, 13 chefias chinesas e 21 trabalhadores moçambicanos, bem como dois delegados sindicais,¹² dois inspectores do trabalho e o Director Executivo da Associação Industrial de Moçambique (AIMO). Para além das entrevistas foram realizadas inúmeras observações no terreno, ao longo de 12 meses de trabalho no terreno.¹³

Paralelamente, e com vista a recolher informações sobre os discursos emitidos nos *mass media* moçambicanos acerca da presença chinesa em África em geral e em Moçambique em particular, realizou-se uma análise de conteúdo dos discursos publicados no *blog* moçambicano *Diário de um Sociólogo*. Iniciado por Carlos Serra (sociólogo e professor catedrático da Universidade Eduardo Mondlane) em Abril de 2006, o *Diário de um Sociólogo* rapidamente se tornou num dos *blogs* mais lidos, escrito a partir de Moçambique. O *blog* tornou-se popular entre os cibernautas de Maputo, embora seja principalmente acedido a partir do estrangeiro.¹⁴ Seguindo uma '*sociologia de intervenção rápida*', os discursos neste espaço virtual deram um importante contributo ao nível do incremento da participação social, não obstante diversos comentários serem realizados sob o anonimato ou utilização de pseudónimos. O editor interessa-se por assuntos relacionados com a exclusão social, com a política moçambicana e com Moçambique em geral. O *blog* é constantemente actualizado com breves postagens cobrindo a actualidade noticiosa, reproduzindo diversos factos sociais a partir dos *mass media* ou de observações pessoais, normalmente com breves comentários, mas por vezes com reflexões mais elaboradas. A escolha deste *blog* como objecto de análise

relacionou-se com dois motivos: Em primeiro lugar, porque conferiu uma ampla atenção ao investimento e à presença chinesa em Moçambique, constituindo por isso um espaço com muita informação para análise. Em segundo lugar, porque a maioria das postagens suscitou inúmeros comentários entre os leitores, tornando o *blog* num espaço privilegiado para o debate sobre as relações sino-moçambicanas. A pesquisa consistiu numa análise de conteúdo das postagens, ligações e comentários¹⁵ publicados no *blog Diário de um Sociólogo*, entre Novembro de 2006 e Janeiro de 2009, nos quais a China ou a presença chinesa em África constitui notícia. A amostra contém 67 postagens e 359 comentários (com uma média de 5,4 comentários por postagem). Os 67 *posts* em análise contêm ligações para 78 páginas na Internet (na maioria, jornais *on-line* ou documentos para leitura, agências de informação, portais de organizações não governamentais ou de centros de investigação, relatórios na Internet ou outros *blogs*) que foram também tidos em consideração na análise.

Por fim, realizou-se um trabalho de apoio consultivo para o Centre for Chinese Studies da Stellenbosch University, relacionado com a avaliação dos compromissos assumidos pelo Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) em Moçambique e respectiva disseminação dos resultados¹⁶ (Hon *et al.* 2009). Ao longo deste exercício foram realizados diversos encontros com uma série de quadros seniores de quatro ministérios em Moçambique, nomeadamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), Ministério da Agricultura (MINAG) e Ministério da Indústria e Comércio (MIC). No âmbito da pesquisa de doutoramento foram ainda entrevistados outros quadros moçambicanos, pertencentes aos ministérios da Juventude e Desportos (MJ) (destacados para o acompanhamento das obras de construção do Estádio Nacional do Zimpeto) e do Trabalho (inspectores do trabalho). Na análise não deixaram de ser tidas em consideração diversas declarações de governantes moçambicanos, publicadas nos órgãos de comunicação social.

Os discursos oficiais – representações dos representantes do Governo

A principal constatação ao longo das entrevistas a representantes do Governo de Moçambique relacionou-se com o discurso particularmente formal, cauteloso e defensivo. Conscientes do carácter mediático e sensível do assunto, diversos quadros demonstraram relutância perante a hipótese de gravação dos encontros. As respostas foram proferidas sobretudo num tom neutral e de cariz oficial.¹⁷

Os actores sociais entrevistados adoptaram uma atitude de valorização das relações diplomáticas entre os Governos chinês e moçambicano. José Morais, ex-embaixador de Moçambique na China (cf. Hon *et al.* 2009: 69), enfatizou a amizade histórica entre os dois países, que considerou facilitadora de um clima de confiança mútua. De acordo com diversos entrevistados, os dois países têm reforçado o relacionamento bilateral, o que foi ilustrado pela visita de altos representantes do Governo chinês a Moçambique,¹⁸ e de importantes líderes moçambicanos àquele país asiático.¹⁹ De acordo com o Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, estes encontros de alto nível têm criado bons canais de comunicação, facilitando o diálogo, a negociação e cooperação bilateral.

Da mesma forma, em Fevereiro de 2007, depois de receber um grupo de empresários chineses que acompanhavam a visita de Hu Jintao, a Primeira-Ministra Luísa Diogo elogiou o *'apoio incondicional e sem reservas'* prestado pela China ao continente africano. De acordo com a governante, a China constitui *'o único parceiro internacional que nunca mostrou reservas quanto àquilo que o país aponta como sendo prioridade'*. Luísa Diogo apontou, a título de exemplo, que *"quando nós dizemos que a [construção de um novo edifício para alojar a] Procuradoria-Geral é prioridade em Moçambique eles concordam connosco", contrariamente a outros parceiros que, apesar de reconhecerem a importância da Procuradoria, quando falta dinheiro, pura e simplesmente não desembolsam os valores necessários para o efeito'* (Portal do Governo de Moçambique 2007).

A informação veiculada na imprensa segundo a qual o Banco Exim da China iria financiar um grande projecto hidroeléctrico no rio Zambeze (nomeadamente a barragem de Mphanda Nkuwa) contribuiu para reforçar a posição que o Governo chinês constitui uma importante alternativa para a obtenção de crédito. O antigo Ministro das Obras Públicas e Habitação (MOPH), Felício Zacarias (Mangwiro 2007) defendeu que o projecto permitirá uma melhor gestão dos recursos hídricos naquela região do País, prevenindo cheias e períodos de seca.

As oportunidades de desenvolvimento que a China oferece a Moçambique foram diversas vezes mencionadas, nomeadamente ao nível do apoio técnico e financeiro na construção de infra-estruturas. Os interlocutores do MOPH, do MJD ou do MINEC enfatizaram o papel de empresas chinesas ao nível da construção de uma série de edifícios públicos, entre os quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, a Procuradoria-Geral da República, o novo estádio nacional ou o aeroporto internacional de Maputo, entre outros. Empresas chinesas participaram ainda na renovação do sistema de abastecimento de água a Maputo, na reparação de parte da estrada nacional n.º 1 ou na ampliação da cobertura da empresa de telecomunicações estatal, TDM.²⁰

No Centro de Promoção de Investimentos foi destacado o papel da China ao nível do investimento em Moçambique, a qual, em 2008, se tornou no segundo maior investidor estrangeiro no País, com 15 projectos de investimento apresentados, avaliados em 76 milhões de dólares. Da mesma forma, o comércio bilateral entre os dois países registou nos últimos dez anos um elevado crescimento, tornando-se a China no terceiro mais importante parceiro comercial de Moçambique, depois da África do Sul e Portugal.²¹ Não obstante diversos rumores relacionados com elevados investimentos de capital chinês no sector agrícola, nas províncias do centro de Moçambique, Rafik Vala, Director Provincial de Agricultura da Zambézia negou categoricamente a existência desse interesse por parte de investidores chineses. O interlocutor referiu a solicitação de terrenos agrícolas por parte de investidores de diversos países do sudeste asiático.²² Não obstante, foi destacada a construção de um centro de pesquisa agrícola em Boane, a cerca de 20 km de Maputo, com capital e *know how* chineses.²³

A existência de uma série de conflitos laborais nas empresas chinesas gerou um claro embaraço entre os representantes do MJD destacados para o acompanhamento das obras do estádio nacional do Zimpeto. Colocados numa situação delicada – entre os protestos dos trabalhadores, por vezes ecoados na comunicação social, às vezes de forma bastante sensacionalista²⁴ (Macuácuá 2009: 16-17) e as boas relações governamentais – estes quadros moçambicanos nunca criticaram abertamente a entidade empregadora. De acordo com os mesmos, os funcionários chineses trabalham por resultados, que estabelecem previamente e que procuram atingir a qualquer custo. Para os entrevistados, os conhecimentos e a capacidade de trabalho dos povos chineses responde às necessidades moçambicanas, podendo constituir uma vantagem em relação a outras empresas estrangeiras. Os interlocutores optaram por elogiar o profissionalismo dos trabalhadores chineses, que, segundo os mesmos, deve constituir uma fonte de aprendizagem para os quadros locais:

O ritmo de trabalho chinês é outro. É o ritmo de trabalho desejado, para uma empreitada desta envergadura. Não só, para qualquer tipo de construção. Ora, o chinês, num edifício, num hotel ou em edifícios habitacionais, etc., ele, numa semana, é capaz de fazer dois, três andares. Mas se pegarmos no mesmo edifício e entregarmos a um português pode levar duas, três, quatro semanas, para fazer dois, três andares. (Director técnico da obra do estádio nacional, Ministério da Juventude e Desportos)

Na mesma linha, um outro alto quadro do MJD salienta a diferença entre moçambicanos e chineses neste aspecto:

Porquê? Porque o moçambicano é trabalho 7:30 – 12, 14 – 17. Fez, se não fez, às 17 está lá... mas o que é que eu apresento no fim do dia? Isso já não conta. Agora, para o chinês, já não. (Director-adjunto da obra do estádio nacional, Ministério da Juventude e Desportos)

Os elevados índices de violência física e verbal foram explicados pela existência de diferentes culturas de trabalho:

No meu entender [a violência] é resultante da diferença de culturas. A cultura de trabalho, por um lado, nós em Moçambique, faltar ao serviço, chegar atrasado, ou seja, fazer ou deixar de fazer... é normal. O chinês, a cultura de pontualidade, a cultura de trabalho por resultados, e a cultura de estar a trabalhar no mesmo dia é completamente diferente daquilo que é a nossa parte moçambicana. (Director-adjunto da obra do estádio nacional – Ministério da Juventude e Desportos)

A maioria das empresas chinesas em Maputo (Feijó 2010: 276) opera com um número de funcionários estrangeiros claramente acima da quota estipulada.²⁵ Em muitas empresas, sobretudo no sector da construção civil, a proporção de trabalhadores chineses apresenta-se próxima dos 40% relativamente ao total de efectivos (Feijó 2010: 276). De acordo com os interlocutores do MJD, o não cumprimento das quotas de empregabilidade nas obras do estádio nacional justificava-se pelo facto de Moçambique carecer de mão-de-obra qualificada para a realização de obras de elevada exigência técnica e com apertados prazos de execução. Esta opinião foi sustentada pelo facto de se tratar de projectos de interesse público, aprovados pelo Governo de Moçambique.²⁶ De qualquer das formas, a existência deste tipo de acordos inter-governamentais²⁷ não deixa de colocar os funcionários do Estado numa situação delicada.²⁸

Os discursos do blog Diário de um Sociólogo

Num segundo nível de análise pretendeu-se analisar as perspectivas de um dos principais *blogs* moçambicanos em relação à presença chinesa em Moçambique. Trata-se de um segundo campo de análise que não deixa de espelhar as representações de dois sectores específicos da sociedade civil moçambicana,²⁹ nomeadamente daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2003) designa de

sociedade civil secundária e de *sociedade civil extraterritorial*. A *sociedade civil secundária* é composta pela classe política dirigente, que através de movimentos associativos procura prosseguir os mesmos interesses prosseguidos de forma pública através do Estado³⁰. Já a *sociedade civil extraterritorial* é constituída pelas organizações não governamentais estrangeiras e pelos seus quadros, quer nacionais, quer expatriados. Estes dois sectores da sociedade civil compõem um conjunto de actores mais informados, conscientes dos seus direitos e deveres de cidadania, politicamente mais participativos³¹. Trata-se de dois sectores que se distanciam daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2003) designa de *sociedade não civil*, nomeadamente as comunidades locais organizadas segundo padrões muito diferentes dos da sociedade civil moderna³².

Da análise de 67 postagens, de 359 comentários e de 78 ligações a outras páginas, foram identificadas 299 referências à China em África, tal como é descrito na tabela 1. Quando a China ou os chineses constituíram motivo de debate, o assunto foi normalmente abordado pela negativa, salientando-se as ilegalidades e o desrespeito pelos direitos humanos (34,1%) ou a exploração de matérias-primas no continente africano (30,8%), bem como as relações conflituosas com trabalhadores moçambicanos (10,4%). As perspectivas mais optimistas relacionaram-se com as oportunidades de desenvolvimento (14,7%) oferecidas pela China às populações do continente africano.

Tabela 1: Representações sobre a China difundidas no blog 'Diário de um Sociólogo'

	N.º	%
Ilegalidades e desrespeito pelos direitos humanos	102	34,1
Exploração de matérias-primas em África	92	30,8
Oportunidades de desenvolvimento	44	14,7
Relações conflituosas com trabalhadores moçambicanos	31	10,4
Estratégias chinesas em África	13	4,3
Dependência e má aplicação do investimento chinês	11	3,7
Influência cultural chinesa	6	2,0
Total	299	100,0

Exploração de matérias-primas em Moçambique

A China e os chineses constituíram diversas vezes assunto de debate no *blog Diário de um Sociólogo* em termos de procura de matérias-primas no continente africano. De facto, inúmeras entradas no *blog* estiveram relacionadas com a temática da exploração de recursos naturais moçambicanos, por parte de interesses económicos estrangeiros. As referências relacionaram-se

com a exploração insustentável dos recursos florestais no centro e norte de Moçambique, com a exploração de terras por parte de agricultores chineses, com a caça e tráfico de animais selvagens, como o marfim do elefante ou a barbatana de tubarão. A exploração florestal constituiu um assunto sucessivamente referido na comunicação social de uma forma claramente alarmista, vulgarizando-se expressões como *'saque de madeira'* e *'Chinese takeaway'*, sobretudo após a publicação do polémico relatório da norte-americana Catherine Mackenzie (2006). Como Carlos Serra (2007b) escreveu *'queiramos ou não, o saque existe, seja qual for a origem dos saqueadores. E esse saque tem sido noticiado bem mais pelos jornalistas do que pelos ambientalistas, cuja origem é muito recente, como sabe'*. Foi neste contexto que foram publicadas duas cartas abertas: uma primeira, pelo próprio Carlos Serra, dirigida ao Presidente da República de Moçambique, e solicitando a nomeação de uma comissão de inquérito para analisar o fenómeno e, uma segunda, pelo jornalista Marcelo Mosse, dirigida ao Presidente da China. No mesmo ano, duas canções foram gravadas (uma das quais com direito a *videoclip*) em Moçambique (uma pelo músico Azagaia³³ e uma segunda por um grupo de cantores moçambicanos³⁴), onde a destruição da floresta moçambicana foi directamente abordada. Através dos *mass media*, diversos sectores da sociedade civil moçambicana (jornalistas, professores, músicos, ambientalistas), expressaram a sua preocupação, não apenas com a exploração sustentável da floresta, mas também com o desenvolvimento da indústria florestal. Diversos comentadores do *blog* de Carlos Serra alertavam para o facto de diversos contentores com madeira não processada serem exportados ilegalmente para a China, importando-se, por outro lado, uma série de mobiliário chinês, em clara violação da Lei e em prejuízo da indústria nacional.

Referenciando uma pesquisa desenvolvida pelo timorense Loro Horta, o projecto do que foi designado de *'Celeiro Chinês'* no vale do Zambeze constituiu um assunto que gerou intenso debate. De acordo com Horta, o crescimento das classes médias chinesas e consequente aumento da procura de bens alimentares (entre os quais o arroz) vem sendo acompanhado por uma diminuição das terras aráveis neste continente, pelo que a procura de terrenos para exploração noutras continentes constituiu uma realidade. Nesta perspectiva, o interesse chinês em financiar a construção da barragem de Mphanda Nkuwa enquadrar-se-ia naquele objectivo, prevenindo-se o desenvolvimento de grandes áreas de produção agrícola, bem como a migração de centenas de trabalhadores e famílias chinesas. Esta notícia foi amplamente comentada, tendo-se expressado a preocupação de transformação da Zambézia numa *'província chinesa'* ou num *'depósito de chineses que sobram no seu país'*. Diversos comentadores do *blog* compararam este projecto com o sistema de prazos e de companhias majestáticas da época colonial,³⁵

prevendo que as populações ao longo do vale venham a constituir mão-de-obra barata e interdita de praticar agricultura para o seu auto-sustento.

Esta percepção de ameaça económica chinesa constituiu também o resultado de um receio da globalização, por parte do frágil tecido industrial moçambicano. De acordo com o jornal por fax *Pátria* (2007), diversos empresários moçambicanos da construção civil temem a competição chinesa, que é vista como uma ameaça para o débil empresário nacional.

Ética e direitos humanos – considerações sobre ‘o estilo pragmático chinês’

Como demonstra o Quadro 1, o Governo da China e os actores económicos chineses foram sobretudo associados à falta de ética ou ao desrespeito pela democracia ou direitos humanos. Estas representações derivaram de um conjunto de notícias relacionadas com a exploração e exportação ilegal de produtos moçambicanos, com problemas ambientais ou com a má qualidade de produtos alimentares chineses.

No *blog Diário de um Sociólogo* foram reportadas inúmeras ilegalidades cometidas por empresas chinesas do sector madeireiro. Baseando-se em cartas de leitores, na imprensa diária, em agências de informação ou em relatórios oficiais, a presença chinesa no sector da madeira foi, na maioria das vezes, associada à violação da lei, nomeadamente ao corte ilegal e à exportação de madeira não processada. Assumindo um carácter sensacionalista, o assunto foi destacado em diversos títulos do jornal *Notícias* (cf. Carlos Serra 2007b).

A associação de cidadãos chineses a ilegalidades no sector da madeira teve início em 2007, quando Carlos Serra (2007e) publicou uma carta de um trabalhador em Cabo Delgado, Heike E. Meuser, dirigida ao Governador da província, com uma foto de um trabalhador chinês junto a um camião carregado com madeira. As empresas chinesas foram associadas ao corte de madeira valiosa ou protegida (*jambirre*, *umbila* ou *mondzo*) e à exportação ilegal de centenas de contentores com madeira não processada, alegadamente utilizando documentos falsos (notícia do *Wamphula Fax*, reproduzida pelo portal *Imensis*, 2007, cf. Serra, 2007c) e com a conivência das autoridades locais (Alan Ogle e Isilda Nhantumbo,³⁶ cf. Serra 2007d). A situação no norte de Moçambique chegou a envolver cenas violentas (Heike Meuser, cf. Serra 2007e) ou ameaças de morte (Serra 2007f).

Ainda no campo ambiental, os chineses foram associados à exportação ilegal de marfim – nomeadamente no *New York Times* (2008, cf. Serra 17.07.2008a) – ou à pesca de espécies protegidas e respectiva exportação para os mercados asiáticos, neste caso no jornal *Notícias* (2007c, cf. Serra 2007g).

Uma outra questão polémica resultou da notícia de financiamento por parte do Banco Exim da China da construção de uma barragem no rio Zambeze. Numa

entrevista ao jornal *Notícias* (2007a, cf. Serra 2007p), Daniel Ribeiro (especialista em assuntos hídricos da ONG *Justiça Ambiental*) considerava que a construção da barragem terá implicações negativas no delta do Zambeze, para além das áreas protegidas. Ribeiro argumentou que os bancos chineses só deveriam financiar projectos que seguissem padrões ambientais internacionais.

A suspeita de contaminação com melamina de produtos lácteos chineses – entre os quais a marca de chocolates ingleses Cadbury (JMS 2008, cf. Serra 2008b) – não passou despercebida ao *blog* de Carlos Serra (2008c). Segundo a *BBC News* (2008, cf. Serra 2008c), 22 empresas chinesas exportaram leite para dois países africanos: Burundi e Gabão. Essa situação gerou grande preocupação nas caixas de comentários do *blog*. Um dos comentários chamava a atenção das autoridades moçambicanas para os produtos chineses:

A entrada da China no comércio internacional liberalizado permitiu a comercialização de muitos produtos de baixa ou duvidosa qualidade. Quando falamos de produtos alimentares pode estar em causa a saúde pública. Os consumidores agradecem que a administração funcione! (Paula Araújo cf. Serra, 2008c)

Outro comentário enfatizava o facto de que produtos (neste caso o leite contaminado) rejeitados na China eram exportados para Moçambique:

Dr. Serra, uma coisa me preocupa (sic). é sabido que muitos contentores chineses entram em Moçambique (sic) ilegalmente afim de levarem de voltas a madeira da zona norte. sera que esses mesmos contentores (entrando ilegalmente) nao trazem Para Moçambique produtos proibidos ,rejeitados pelo mercado chines , e noso em analise o tal neite (sic). (Kimmanel, cf. Serra 2008c)

Ainda um outro comentário considerava a China o país que mais produzia produtos falsificados no mundo, colocando em perigo a vida das pessoas:

Se não estou em engano a China é o país que mais falsifica produtos até mesmo alimento. Eu tenho medo de consumir tudo o que seja chinês. (Nelson, cf. Serra, 2008c)

Os produtos chineses foram frequentemente associados ao baixo custo, mas também à má qualidade. Como foi escrito no jornal *Pátria* (2007), a maioria dos prédios chineses em Moçambique não tem resistido ao tempo e, em menos

de cinco anos, começaram a apresentar pequenas fissuras. Como o comentador ‘Chapa 100’ (cf. Serra 2007i) afirmou:

Os chineses estão a construir infra-estruturas, mas ninguém está a vir ao público falar sobre a sua manutenção. Vamos pedir ajuda aos chineses para manter as infra-estruturas? esta parceria nao devia ser no processo de transferência de conhecimentos? (...) com estas cheias e secas ciclicas estas infras-estruturas respondem a esta dinâmica futura de desastres naturais? (sic).

Uma outra questão que causou protesto nos *mass media* relacionou-se com a venda de armas fabricadas na China a países africanos. De facto, a tentativa de desembarque de um navio com contentores com armas provenientes da China e com destino ao Zimbabué constituiu um episódio que prejudicou seriamente a imagem da China em Moçambique. Após o processo eleitoral do Zimbabué, e no decurso das políticas opressivas contra o partido Movimento para a Mudança Democrática (MDC), em Abril de 2008, o *Mediafax* (cf. Serra 2008d) noticiou a tentativa de desembarque de um contentor com 77 toneladas de material bélico num porto de Moçambique e, posteriormente, em Durban, na África do Sul. Em Moçambique, o Governo recusou diplomaticamente o desembarque com ‘*argumentos técnicos*’ (Serra 2008d) e, em Durban, as autoridades sul-africanas proibiram o descarregamento, consolidando a posição dos estivadores e sindicatos locais. O editorial do *Mediafax* (cf. Serra 2008d) foi particularmente crítico, não só para com a China, mas também para com a Southern African Development Community (SADC) e para com o regime de Robert Mugabe.

A relação pragmática que os governantes chineses estabelecem com os congéneres africanos foi comentada por Carlos Serra (2008e) com nítido sarcasmo:

Quanto aos nossos irmãos chineses e russos, já sabe como proceder: como eles não usam aquela apostoleira música dos direitos humanos e nos dão o dinheiro que queremos, é só deixá-los usar o vosso ouro, a vossa platina e a vossa madeira e cobrar-lhes a patriótica renda.

Nas palavras de Carlos Serra, a diplomacia chinesa adapta-se com nítido engenho ao carácter rendeiro³⁷ da economia moçambicana.

Relações conflituosas com os trabalhadores moçambicanos

Outra questão que foi relatada nas notícias esteve relacionada com as conflituosas relações de trabalho entre chefias chinesas e trabalhadores moçambicanos. As

reclamações aconteceram principalmente no sector da madeira e da construção civil, tendo sido reportados problemas laborais nas obras do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Centro de Conferências Joaquim Chissano e do estádio nacional do Zimpeto. Os motivos dos protestos relacionaram-se com os baixos salários, com as longas horas de trabalho, com a inexistência de equipamentos de protecção individual (capacetes, botas ou luvas), com acidentes de trabalho, insultos e violência física contra os trabalhadores nacionais:

Alguns trabalhadores que falaram ao Magazine [semanário local], na condição de anonimato, relataram que, durante o período em referência, foram alvo de maus tratos por parte do patronato, violações que comportam o excesso da carga horária e interdição de dispensas em casos de infelicidade, entre outros. (Magazine 2007: 10, cf. Serra 2007j)

Já houi (sic) relatos do tiroteios havidos em hobras (sic) de construção civil por várias razões...as vezes fico com dúvidas: será que é a língua que cria uma distância abismal entre as partes envolvidas? Ou será das diferenças do ritmos [sic] de trabalho e o grau de exigência a que não estamos abituados (sic) e isso 'irrita' os chineses? Ou será que os tiroteios a que nos abituaram (sic) a ver nos filmes de 'kung fu' são na verdade situações normais na vida dos chineses? (Wetela, cf. Serra 2006)

Nas peças jornalísticas e nas caixas de comentários considerou-se que os chineses adoptam um comportamento racista. Como um anónimo (cf. Serra 2006) comentou: *'Ao contrário de outras raças eles são (sic) extremamente racistas. Quem já entrou numa loja chinesa pode testemunhar'*. A descrição da forma como os moçambicanos são tratados pelos empregadores chineses no presente não deixa de conter uma lembrança da forma como foram tratados no passado pelos antigos colonizadores. Como Henning Mankell declarou numa entrevista ao *Le Nouvel Observateur* (cf. Serra 2008c), *'País cheio de pobres, a China exporta-os para África. Aqui, os Chineses comportam-se como autênticos colonizadores, como os Portugueses, uma forma terrível de colonização, os Africanos são maltratados por eles'*.

Na construção civil e no sector madeireiro, as queixas foram algumas vezes apresentadas às autoridades locais. No entanto, os trabalhadores também se queixaram da ineficiência dos fiscais moçambicanos e da não aplicação da Lei. No jornal *Notícias* (2007b, cf. Serra 2007l) foi noticiado que o Governo não dispõe dos meios para dar uma resposta adequada à situação, unicamente *'com um total*

de 50 fiscais florestais que se debatem com diversas dificuldades em termos de meios de trabalho, como viaturas de patrulha...'. A inexistência de inspectores no terreno foi constatada no relatório de Alan Ogle e Isilda Nhantumbo (cf. Serra, 2007d). As reacções governamentais foram consideradas esporádicas e, na maioria das vezes, apenas promessas de investigação. Por outro lado, não deixou de ser noticiado que os empresários chineses estão protegidos por poderosos interesses políticos e económicos moçambicanos, o que torna difícil a aplicação da Lei no terreno:

Trabalhadores de muitas firmas e concessões dizem serem vítimas de maus tratos e que quando tentam reclamar são expulsos das suas funções. Para evitar ficar sem trabalho, os operários dizem que nada podem e nem sabem a quem recorrer, porque, sempre que tentam fazer algo para se defenderem, os patrões são os que ganham as causas em tribunal, tudo porque eles podem pagar e, assim, as instituições de justiça se pautam para por ponto final nos processos (...) Os trabalhadores denunciaram que em muitos dos casos os patrões gritam com eles. Um trabalhador contou-me que já ouviu um patrão dizer: 'Vão queixar onde quiserem porque ninguém nos pode impedir, porque parte dos nossos sócios são antigos combatentes que aqui no vosso pobre país vocês lhes temem. (Aunício da Silva, 2008, cf. Serra 2008f)

As oportunidades de desenvolvimento

Apesar de ter sido bastante criticada, não deixaram de se constatar diversos comentários a favor da presença e do investimento chinês em Moçambique. Diversos comentadores negaram a destruição da floresta e destacaram a concessão de empréstimos chineses, a construção de infra-estruturas e de um centro de formação no sector agrícola.

Não obstante todos os protestos, alguns emissores de opinião negaram as consequências ambientais da actividade florestal. Numa crónica publicada no jornal *O País* (cf. Serra, 2007m), Lázaro Mabunda referiu que as autoridades nacionais demonstraram que o corte de árvores está muito abaixo do nível oficialmente fixado, pelo que o futuro das gerações vindouras está garantido e que Moçambique apenas serve '*de caixa de ressonância para desencadearmos um barulho sobre o que não existe*'. Também para Gabriel Muthisse, ao invés das empresas chinesas do sector florestal, os camponeses constituem os principais responsáveis pela desflorestação do País. Como foi mencionado por diversos comentadores no

Diário de um Sociólogo, essas críticas resultaram de uma campanha generalizada contra a China, especialmente no sector florestal, manipulada a partir de uma ‘*mão externa*’. Para essas vozes, por detrás dos relatórios publicados esconde-se uma preocupação europeia em relação à concorrência chinesa em África, bem como o receio de perder a sua influência política e económica no continente. Tendo em consideração a experiência colonizadora europeia, o actual interesse ocidental constitui uma falsa atitude. Para Muthisse, a suposta campanha é promovida pelos países ocidentais que estão tirando proveito desses episódios políticos e supostos problemas ambientais, alegadamente com atitudes xenófobas:

Veja-se ainda as grandes mobilizações que se encetam à volta da visita do Presidente da China à África. Esta visita está sendo precedida por verdadeiras campanhas de xenofobismo contra a China. Aspectos específicos da cooperação China/África são chamados à colação, com o intuito de apresentar este gigante da Ásia como inimigo dos africanos (...) Apelos ao moralismo, a alguma xenofobia, ou mesmo a causas nobres (como o meio ambiente) serão agitados para atrair a nossa atenção. (Gabriel Muthisse, cf. Serra, 2007n)

Um artigo de opinião publicado por Adelino Buque (2007) no jornal Notícias, (cf. Carlos Serra 2007b) sobre os ‘... *supostos amigos das florestas*’³⁸ foi particularmente ilustrativo. Adelino Buque considerou que a carta aberta de Carlos Serra ‘*não passa de um falso texto com cheiro a xenofobia*’ e pediu ao presidente moçambicano para manter a calma e continuar ‘*com sua carregada agenda de combate à pobreza*’. Fazendo uso de dados oficiais sobre as florestas, Buque escreveu que tudo foi feito para incomodar as autoridades locais durante a visita de uma delegação política chinesa a Moçambique. Para ele, ‘*um movimento anti-chinês usou as pessoas com crédito na análise de questões sociais, as pessoas do sector académico e também de instituições de cooperação*’. Buque lembrou que, quando era criança, se falava do ‘*perigo de chineses porque estes comiam pessoas, de preferência crianças, e as pessoas eram educadas pelo sistema colonial a olhar para os chineses com desconfiança*’. Na perspectiva de Buque, existem evidências claras de uma campanha anti-chinesa internacional. Diversos comentadores não deixaram de questionar as agendas de financiamento que alegadamente estão por detrás de relatórios académicos publicados no continente africano.

Por outro lado, a concessão de empréstimos por parte do Banco Exim da China não deixou de ser considerada um aspecto importante para o desenvolvimento de Moçambique. A 18 Maio de 2007, quando Serra fez uma referência a uma notícia publicada no portal *Imensis*, intitulada ‘*Ambientalistas contestam impacto*

de *barragem de Mphanda Nkuwa*, alguns comentários realçaram a importância do crédito chinês. Para uma economia fraca como a moçambicana, o empréstimo do Banco Exim da China representa para diversos comentadores uma grande oportunidade de desenvolvimento:

Tem gente a não dormir nos quatro cantos deste mundo para conseguir que pelo menos uma instituição financeira solte dinheiro para aquela barragem. O Eximbank quase que não soltava a massa porque Moçambique não tem garantias para tamanho financiamento, não fossem esforços na mesa e debaixo da mesa esse acordo nunca chegaria a bom porto... Nunca fui muito apoiante dos meios dos Chineses e já disse isso em aberto, mas sou obrigado a ceder que desta vez é Moçambique que precisa daquele dinheiro... o Banco Mundial 'saltou fora' na altura de financiar o projecto. (cf. Serra, 2007p)

Para Gabriel Muthisse (cf. Serra 2007b), o apoio chinês na concessão dos empréstimos torna muitos países ocidentais menos fundamentalistas no estabelecimento de contrapartidas, relacionadas com questões de boa governação, de direitos humanos ou de defesa do meio ambiente. A China representa uma nova alternativa de acesso ao crédito e os países africanos em desenvolvimento têm agora um novo parceiro de negociação, o que constitui uma importante vantagem.

A projecção e execução de várias infra-estruturas de grande dimensão por várias empresas chinesas foram referidas no *blog Diário de um Sociólogo*. A construção de uma área residencial para os deputados moçambicanos foi anunciada pelo presidente da China e o periódico *Pátria* (2007, cf. Serra 2007o) fez referência à construção de diversos edifícios públicos, como o Centro de Conferências Joaquim Chissano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De acordo com as declarações do investigador timorense Loro Horta ao *Macaubub* (2008), a China encontra-se a investir na melhoria da produção agrícola africana, com o arroz como principal prioridade. Segundo Horta, em 2008 o Governo chinês prometeu investir 800 milhões de dólares na modernização da agricultura moçambicana, com o objectivo principal de aumentar a produção de arroz de 100.000 para 500.000 toneladas por ano, até 2013. Loro Horta considerou que as divisas resultantes da exportação de arroz iriam permitir a Moçambique a aquisição de bens produzidos na China, bem como outras matérias-primas no mercado global.

Apesar de o investimento na agricultura ter sido analisado com preocupação (por ambientalistas, jornalistas e docentes universitários), alguns comentários

destacaram as vantagens desses projectos, especialmente a utilização racional da terra, o aumento da produção agrícola e das exportações, a criação de emprego e a geração de receitas provenientes de impostos:

Sem dúvida notícia perturbadora, por conter nas entrelinhas a tal ‘província chinesa’, depósito de chineses que sobram no seu país, mas por outro lado, antes ver o vale do Zambeze produtivo e engajado na produção de comida, do que improdutivo ou tornado numa vasta plantação de jatropa, tão ao gosto dos nossos amigos italianos, espanhóis, portugueses e outros afins. (Anónimo, in Serra, 2008g)

Para mim, até não tenho problemas que usemos as nossas terras férteis racionalmente porque só assim é que teremos que desenvolver, se criarem empregos e passaremos à mecanização da agricultura e se fortalecerá a nossa economia aumentando a exportação. (Reflectindo, cf. Serra 2008g)

Claro que não digo que é um mercado de proporções astronómicas, mas à medida que se produzisse o mesmo iria crescer devido ao aumento de renda de mais pessoas que pagariam impostos, gastariam, poupariam e investiriam fazendo, por isso, que o mercado crescesse. (Chagas in Serra 2008g)

Como observou Gabriel Muthisse (cf. Serra 2007i), os chineses também estão investindo em sectores aos quais o investimento ocidental não dá muita atenção – como as há muito desactivadas minas de cobre da Zâmbia – em benefício de populações africanas. Como comentou Obed Khan (cf. Serra 2008g), a nível mundial assiste-se a um aumento da procura de produtos agrícolas, havendo necessidade de novas áreas de produção. Moçambique tornou-se, por isso, numa região estratégica do mundo, devendo tirar proveito dos interesses chineses. Para Bhalane (cf. Serra, 2008g), a questão também é pacífica. Segundo o mesmo, Moçambique possui um grande território com uma baixa densidade populacional, pelo que a terra não constitui um problema nacional.

Um comentador anónimo (cf. Serra 2007i) afirmou que Moçambique deve aprender com as economias em crescimento como a China, a Índia ou o Brasil, que conseguiram diminuir os índices de pobreza. Segundo o mesmo, importa que não se ‘ridicularize tudo aquilo que vem da China, como vejo acontecer, mesmo com o uso de demagogia’. No entanto, como foi referido no suplemento do *Notícias, Economia e Negócios* (cf. Serra 2007p), a expansão chinesa em África só

pode ser uma oportunidade de desenvolvimento se os chineses forem cuidadosos e não repetirem os erros dos países ocidentais do passado. Como refere Muthisse (cf. Serra 2007i), os africanos poderão beneficiar do investimento chinês se pararem de se lamentar e se aprenderem a negociar.

Perspectivas dos trabalhadores moçambicanos sobre as relações laborais

Da análise das entrevistas realizadas a 21 trabalhadores moçambicanos e a dois delegados sindicais constatou-se a existência de um conjunto de representações relacionadas com as baixas recompensas económicas, com reduzidas expectativas de participação, promoção ou até de aprendizagem, com as deficientes condições de higiene e segurança, com a liderança despótica, com a elevada capacidade de trabalho dos trabalhadores chineses e com a realização de diversas ilegalidades por parte das entidades patronais.

Baixas recompensas económicas

Nos sectores da indústria, da construção civil e da restauração, os ordenados da maioria dos trabalhadores moçambicanos foram caracterizados pela precariedade. O ordenado mínimo constitui, normalmente, o valor de referência para a maioria dos funcionários. Mesmo numa empresa gráfica, que exige melhores níveis de qualificação, o trabalhador entrevistado melhor remunerado não auferia mais de 2.500 meticais por mês. Nos casos analisados, mesmo trabalhando ao sábado (totalizando 48 horas semanais, no caso da indústria plástica), ou realizando horas extraordinárias (como no caso da construção civil), o ordenado mensal não foi para além dos 2.300 ou 2.500 Meticais, respectivamente. Contudo, pelo facto de serem muitas vezes descontados pela falta de assiduidade, muitos trabalhadores chegam a receber menos que o ordenado mínimo nacional. A título de exemplo, numa grande empresa do sector da construção civil, os trabalhadores eram descontados em 10 meticais por cada minuto de atraso. Como referia um operário moçambicano, tendo em conta que o ordenado diário era de 65 meticais, *'se chegares às 7:05 já não vale a pena entrar'*.

Em cinco das oito empresas analisadas foram instituídos prémios de desempenho. Contudo, pela observação de mapas de salários ou pelas conversas mantidas com empregadores chineses, constatou-se que os trabalhadores moçambicanos que atingem os objectivos estipulados constituem uma pequena minoria.³⁹ De acordo com os trabalhadores, a atribuição do prémio não é geralmente acompanhada

por qualquer explicação, o que levanta muitas críticas relativamente ao sistema implementado.

Mesmo com a realização de horas extraordinárias, os salários pagos nas grandes empresas chinesas da construção civil representavam, sensivelmente, metade dos valores praticados noutras empresas, da mesma dimensão.⁴⁰ Tendo como referência o valor mensal da cesta básica (orçamentada na época em 5.229 meticais pela Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical, OTM) o desagrado dos trabalhadores é evidente. A sobrevivência diária só é possível com o corte de inúmeras despesas essenciais relacionadas com a alimentação, saúde e transporte e com o envolvimento num conjunto de actividades paralelas. Muitos trabalhadores entrevistados apresentam-se ao serviço em jejum (unicamente com um chá), depois de terem percorrido, muitas vezes a pé, distâncias de cerca de 60 minutos.

Também ao nível da concessão de benefícios sociais⁴¹ os trabalhadores não escaparam à precariedade. Nenhum operário beneficia de subsídio de transporte ou de alimentação.⁴² Numa das grandes empresas de construção civil foi oferecido um pão (simples) a cada trabalhador durante o intervalo do almoço e, no final do dia, um segundo para quem fizer horas extras. Com excepção de uma construtora – onde no fim do ano é oferecido um cabaz com alimentos aos trabalhadores – nas pequenas e médias empresas analisadas apenas se disponibilizou uma chaleira. Com essa máquina, os trabalhadores tomavam água com açúcar (que raramente é oferecido), por vezes acompanhada por um pão, se o trabalhador o trouxer de casa. Esta situação gerou particular descontentamento num dos restaurantes analisados, onde a maioria dos empregados nem tem direito a refeição.⁴³ Alguns funcionários aproveitavam os restos de comida deixados pelos clientes, mas eram obrigados a fazê-lo com grande discrição:

Nós podemos trabalhar com eles desde as 9h às 22h, sem nos dar nenhuma alimentação. Não nos dá comida. Não aceitam nos dar nada. Chinês é capaz de ver a comer, pegar na tua comida e ir despejar. Para tu não comeres. Sim! Sim! Acontece isso tudo... Nem mesmo a comida dos clientes. Se for visto a comer, é despedido, acusado de estar a roubar. (Ajudante de cozinha moçambicana)

Para muitos trabalhadores, a ausência deste tipo de benefícios causa mais indignação que os baixos salários. Numa clara expectativa de gestão paternalista⁴⁴, estas práticas são consideradas desumanas e ofensivas pelos trabalhadores moçambicanos. Como referia um técnico de indústrias gráficas:

Ya, cuidam dele como filho. Não exactamente como filho, mas com respeito. A forma como tratam a ele é com respeito. Os nossos chineses, eles não respeitam. Às vezes não têm consideração. Às vezes não têm coração. Como eu tinha falado naquele dia, eu estou ali porque não tenho outro sítio. Se por acaso surgir um sítio melhor a gente vai pra lá.

Um aspecto positivo que mereceu a unanimidade dos entrevistados relacionou-se com a pontualidade dos pagamentos. Como referia um operário da construção civil, *‘nas empresas moçambicanas chegas ao fim do mês e não há dinheiro, enquanto ali chegas ao dia 30 e já recebeu. Não há que falar nada’*.

De acordo com os trabalhadores moçambicanos, as recompensas dos trabalhadores nacionais contrastam com as dos congéneres expatriados. Para além do vencimento, os moçambicanos salientam o facto de os chineses beneficiarem de alojamento, água e energia, refeições diárias, bolachas, cigarros, fruta ou tratamento médico gratuito. Libertos destas despesas obrigatórias, os chineses têm maior facilidade de poupança e acumulação:

Não gastam! Não gastam nada! Têm cigarro da empresa, comida da empresa. Aqueles gajos não compra nada. Estes cigarros é da empresa. A comida é da empresa. A fruta, banana, laranja é da empresa. Omo, água, tudo. (Operário da construção civil moçambicano)

A ideia de que os chineses são economicamente privilegiados ou de que *‘gostam de viver aqui porque vivem bem’* é reforçada pela observação de alguns bens de consumo.⁴⁵ Neste campo, destaca-se o facto de a maioria dos operários chineses possuir o seu computador portátil, onde assistem a filmes ou comunicam pela Internet. Contudo, o comportamento ascético dos trabalhadores e a sua motivação para transferir dinheiro para a China impede-os de demonstrar sinais exteriores de riqueza, por exemplo ao nível da compra de um bom automóvel. Como referia um engenheiro moçambicano:

É difícil ter isso aqui, porque eles não podem sair para o exterior [do estaleiro]. Esses que saem têm que entrar todos no machimombo, no mini-bus, ir à praia, voltar no bus para aqui. O director sim, ele mostra que tem..., anda com brutos carros, anda de Mercedes. É um director da obra, eles saem, têm várias obras aqui, então ele é o líder das obras. Ele tem que mostrar que tem alguma coisa.

Ausência de expectativas de participação e de promoção

Nas empresas analisadas, sobretudo nas do ramo da construção civil, da restauração e da indústria, as expectativas de mobilidade e promoção são muito reduzidas. A percepção existente é que os quadros nacionais estão condenados a executar funções dirigidas pelos expatriados, que não confiam em ninguém senão neles próprios. Durante a realização de um *focus group* a questão gerou, inclusive, a ironia dos participantes:

- ‘Ali dentro!?’ – empregado de mesa moçambicano.
- ‘Não! (risos)’ – ajudante de cozinha moçambicana.
- ‘Nem tão pouco!’ – empregado de mesa moçambicano.
- ‘Parece que eles nem sabem o que é isso!’ – ajudante de cozinha moçambicana.

Da mesma forma, as expectativas de participação nos processos de tomada de decisão foram consideradas bastante reduzidas. De facto, identificaram-se diversos problemas na comunicação vertical (entre chefias chinesas e trabalhadores moçambicanos), com reflexos a nível horizontal (entre os próprios moçambicanos). Estes problemas foram explicados, na maioria das vezes, pelas diferenças linguísticas, e pelo facto de poucos chineses dominarem os idiomas europeus. Para além da questão linguística, considera-se que os chineses demonstram pouca predisposição para a comunicação com moçambicanos, desvalorizando, inclusivamente, todo esse processo, tanto na sua dimensão verbal, como não verbal (sorrisos, acenos com a cabeça consonantes com o discurso, olhar nos olhos, etc.):

Ya, nunca atendem. Um assunto... para ele não tem lugar... Ele não te olha... praticamente não te ouça. Nem quer saber. Se aquela pessoa precisa de alguma coisa e fala, ele tá a andar. Então não está atento. Ele não dá atenção a ninguém, aos moçambicanos. (Ajudante de cozinha moçambicana)

Como referia um delegado do SINTICIM:

E mais! Que também agrava a situação: comunicação! Também é um grande entrave: comunicação! Os chineses, na sua grande maioria, lá dentro não falam inglês, muito menos português. Falam chinês. O moçambicano está muito distanciado. Porque o elo entre

o trabalhador chinês e o trabalhador moçambicano aqui é um problema sério. Às vezes um chinês diz... por exemplo... 'saiu, saiu, saiu, casa, casa, casa'. Porquê? Não entende. O chinês não sabe. Só sabe dizer 'saiu, saiu, saiu, saiu, casa, casa, amanhã não anda cá'. Mas porquê? Não é isto? Mandou fazer isto? Mandou fazer assim! Se é que não é isso, como é que eu vou fazer entender que não é isto que ele quer que eu faça isto?

Por outro lado, o alegado carácter desconfiado e inseguro dos chineses dificulta o processo de comunicação com os moçambicanos. Na opinião de um empregado de mesa, qualquer tentativa de aproximação '*acham que tem a ver com alguma malandragem, alguém que está à procura de alguma coisa daquilo que eles falam*'. Pelo facto de a língua de trabalho ser o inglês, de estar envolvida mão-de-obra bastante qualificada, e devido ao estilo de liderança participativa do director, as oportunidades de participação foram bastante maiores numa empresa do sector das telecomunicações. O director-geral faz questão de agendar encontros semanais com os trabalhadores, de manter a porta do seu gabinete constantemente aberta, ou de organizar um jantar com os colaboradores a cada quadrimestre.

Percepção das possibilidades de aprendizagem

Ainda que diversos moçambicanos reconheçam o mérito de colegas chineses na formação dos quadros locais, a representação dominante foi precisamente a inversa. Para além do obstáculo linguístico enfatizou-se a falta de paciência dos quadros expatriados no processo de formação dos trabalhadores locais:

Eles não ensinam. Só discutam. 'Pega aqui, pega aqui'. Ele te ensina para ficar a ver tudo, entregar, a carregar madeira. E entregar, está bom? (Operário da construção civil moçambicano)

Como havia dito, o filho do patrão ele é muito inteligente mas não tem paciência para ensinar. Não tem paciência para ensinar (...)
Mas também, quando a gente vai perguntar ao filho do patrão, ele nos dá a explicação mas ele não tem paciência. Não tem paciência.
(Técnico de indústrias gráficas moçambicano)

Se de acordo com a Lei do Trabalho, um dos objectivos da contratação de trabalhadores estrangeiros consiste, precisamente, na formação de trabalhadores nacionais, para os quadros moçambicanos entrevistados esse objectivo não está

a ser atingido, sobretudo nas grandes obras públicas. Como refere um técnico de recursos humanos da empresa que construiu o estádio nacional:

Os chineses fazem tudo sozinhos, tudo, os engenheiros chineses planeiam tudo. O moçambicano só executa. Não há, assim, uma aprendizagem. Eu acredito que se amanhã o Ministro disser ‘quero fazer um estádio igual a este na Beira’, ninguém saberia fazer.

As fracas condições de higiene e segurança no trabalho

Em termos de higiene e segurança, as condições de trabalho nas empresas chinesas foram caracterizadas pela precariedade. De acordo com uma inspectora do trabalho da cidade de Maputo, trata-se, inclusive, de um dos maiores problemas detectados nas obras de empresas chinesas, sobretudo quando comparadas com as outras grandes empresas do sector. A título de exemplo, nas obras de construção do estádio nacional, o capacete de segurança constituía, em Abril de 2009, o único equipamento de protecção individual utilizado pela maioria dos trabalhadores. Os operários apresentavam calçado inadequado para o tipo de trabalho desenvolvido, predominando as sapatilhas, os sapatos e as sandálias. Aos trabalhadores que manuseavam ferro, alegadamente de 30 mm de diâmetro, foram disponibilizadas luvas de pintura, sem resistência para o tipo de trabalho em questão. Os problemas de falta de equipamento individual foram sentidos noutros sectores, nomeadamente na indústria plástica. Em inúmeras situações foram revelados episódios de acidentes laborais que implicaram a amputação de membros, bem como lesões na pele pelo manuseamento de produtos tóxicos, cujas embalagens apenas continham informação em mandarim. Trata-se de situações que geraram um forte descontentamento entre trabalhadores, sobretudo pela lentidão da entidade empregadora na prestação de auxílio às vítimas.⁴⁶ No sector da restauração também foram proferidas queixas relacionadas com a falta de condições de higiene. Como referia um empregado de mesa, no restaurante *‘havia fossas e os moçambicanos... sem material de protecção, faziam aqueles trabalhos de limpeza dentro [das fossas], pronto, ao mesmo tempo fazíamos a comida’*. Em todas as empresas analisadas, contaram-se diversas histórias relacionadas com a falta de higiene dos trabalhadores chineses. Manusear alimentos depois de urinar (sem lavarem as mãos), escarrar e cuspir junto de colegas que almoçam (prática comum, inclusive nos escritórios) ou fumar compulsivamente, constituem práticas que escandalizam muitos moçambicanos. Numa clara continuidade com as representações dos *coolies* do início do século XX, cem anos depois a imagem do chinês é de um cidadão *‘pouco civilizado’*. Não só em Moçambique, como noutros

países da região,⁴⁷ predominou a ideia de que na China não existe uma cultura de higiene e segurança, pelo que se colocam valores como o lucro e a produtividade à frente da protecção e da segurança dos trabalhadores.

Representações do estilo de liderança chinês

Na maior parte das organizações analisadas, sobretudo nos ramos da construção civil, da indústria ou da restauração, as relações laborais apresentaram-se bastante hierarquizadas. De acordo com os entrevistados, as chefias chinesas tendem a exercer a sua autoridade de uma forma despótica, intransigente e, inclusivamente, violenta. Esta atitude foi diversas vezes justificada pela existência de uma disciplina militar nas organizações chinesas. Trata-se de uma ideia frequentemente repetida por quadros superiores do MJD ou da Polícia da República de Moçambique, destacados para a obra do estádio nacional no Zimpeto,⁴⁸ assim como por diversos trabalhadores moçambicanos da área da restauração. Recorrendo à memória do período de monopartidarismo em Moçambique, essa disciplina militar não constitui propriamente uma novidade para os funcionários moçambicanos mais velhos:

Eles respeitam sempre, de forma... são soldados, tipo soldados. É um aprumo de comando militar. Isso aí vê-se a olho nu, e a gente vive, o chefe falou ámen. Eu posso dizer assim, se eu quero um café (...) Há duas situações que têm que ocorrer, ou o servente vê o chefe sentado e já vem a correr com a bandeja, com tudo e mais alguma coisa, porque o chefe lhe pediu, ou então manda logo o berro [voz de comando militar] 'txé txé!!!' Aquela maneira militar. Txá txá!!!! 'Dá-me cá essa porra, não sei quê!!!!'. (Director-adjunto da obra do estádio nacional – MJD)

Eu acredito que eles têm o regulamento interno deles. Têm regras. Severas entre eles. Eles sentem o patrão isto aqui não quer. Eles comunicam em chinês então... ele nota que aqui existe um regime... uma lei... um regulamento interno. (Empregado de mesa moçambicano)

De acordo com o funcionário do MJD, a imigração de populações oriundas de um regime monopartidário, que adopta uma '*política de ferro, uma governação de ferro*' gera um conjunto de conflitos e contradições num país mais democrático. De acordo com o mesmo, este fenómeno tende a gerar rumores, sobre as características

das relações laborais e sobre a liberdade dos trabalhadores chineses. Desta forma '*... acabamos depois desaguando naquelas especulações, não sei se são verdadeiras ou não, que nós dizemos que esses indivíduos são prisioneiros, e vieram para cá como forma de não sei quê, não sei quantos*'.

Esta perspectiva que os trabalhadores chineses da construção civil constituem prisioneiros a cumprir uma pena em Moçambique encontra-se largamente difundida não só pela população de Maputo,⁴⁹ como em muitas outras cidades africanas. O mesmo rumor foi observado na Zâmbia (Sautman & Park 2009:277), Namíbia (Dobler 2008:243), Angola (Liu 2009:219) ou Guiné Equatorial (Esteban 2009:683), entre outros países africanos. Esta representação é encorajada não só pela reduzida interacção entre os expatriados chineses e os trabalhadores locais, como pela barreira linguística à comunicação. Esta representação pode ser explicada por um conjunto de quatro factores. Em primeiro lugar, pela existência de uma memória histórica de trabalho forçado (vulgo chibalo). Um segundo factor está relacionado com o facto de muitos africanos não estarem familiarizados com populações de origem não africana a realizar trabalhos braçais (conduzir máquinas nas obras, carregar baldes, etc.) e a dormir em camaratas, como o fazem muitos trabalhadores chineses. Em terceiro lugar, pelas rigorosas condições de trabalho a que se sujeita a mão-de-obra chinesa, pela disciplina laboral extrema e largamente desconhecida no país. Por fim, este estereótipo é encorajado pela reduzida interacção entre os expatriados chineses e os trabalhadores locais, resultante não só da existência de barreiras linguísticas, mas também do carácter desconfiando das populações chinesas, sobretudo quando interpeladas pelas homólogas não asiáticas.

Tal como noutras empresas de capital europeu ou sul-africano (Feijó 2009), as relações de poder e a autoridade nas empresas chinesas aparecem fortemente racializadas. Ao longo dos grupos de discussão e da observação das dinâmicas laborais foi perceptível que, em qualquer empresa, todo e qualquer trabalhador de descendência chinesa detém uma autoridade indiscutível aos olhos dos congéneres moçambicanos. Como referia um empregado de mesa moçambicano, '*nós consideramos todos eles como nossos patrões*'.

Para a maioria dos trabalhadores entrevistados, a motivação dos recursos humanos não se processa com base na atribuição de recompensas mas, sobretudo, na coerção. Dos chineses diz-se que são bastante intolerantes relativamente a qualquer tipo de falha cometida pelos colegas locais, atitude que se agrava em situações de protesto ou de reivindicação laboral. De acordo com os trabalhadores entrevistados, nessas situações os chineses tornam-se nervosos e irritados, o que tende a traduzir-se no despedimento sumário ou na agressão física e verbal dos funcionários moçambicanos. Este fenómeno é gerador de um clima de medo e de silêncio entre os trabalhadores locais:

‘Você tem boca, você fala muito, não pode vir trabalhar’. Não pode reclamar. Você cala. Não pode reclamar... Ele pode-te mandar embora. De qualquer maneira. Bate, dá-te uma porrada. (Operário da construção civil moçambicano)

Ah não, o chefe não grita, só de passar, só de olhar. Mas a nós, quando você está ali parado, ‘Aiinaaaa!’ pode parecer um cão! (Operário da construção civil moçambicano)

A constituição de um comité sindical numa empresa chinesa constitui um processo bastante problemático. Por um lado, os responsáveis provinciais pela formação de unidades sindicais enfrentam uma enorme resistência passiva cada vez que iniciam contactos com a empresa. Tanto os delegados do SINTICIM, como os do SINTIHOTS referiram uma enorme indisponibilidade do patronato chinês para os receber, bem como incompatibilidades linguísticas perante assuntos inconvenientes.⁵⁰ Por outro lado, os trabalhadores das empresas que, espontaneamente, se organizaram num grupo mais reivindicativo, ou foram despedidos, ou não viram o contrato renovado. Como referia um operário à porta do futuro estádio nacional, *‘aqui não tem sindicato. Aqui quando elege um sindicato, os chineses depois mandou embora’*. Em Maio de 2009, na sequência da segunda greve nas obras do estádio nacional,⁵¹ o MT encarregou o SINTICIM de destacar um representante no terreno, com vista a mediar conflitos laborais. De acordo com o representante sindical, as relações mantinham-se tensas quatro meses após a greve. As relações laborais foram descritas da seguinte forma:

Pancadaria, conduta maliciosa. Maltratam o sindicato. Maltratam o sindicato. Quantas vezes eles dizem ‘Machava não bom’. São pessoas violentos. Bater. Eles dizem para nós, há que bater pouco, bater mais. E quando é assim dizem não, nós estamos a educar, não estás na linha, não entendes isto mais aquilo, de uma forma assim... a berrar o trabalhador. Não é assim! Mas entretanto é umas queixas, embora não é assim tão aberto como dantes. Agora fazem às escondidas.

Sentindo-se desprotegidos e sem o apoio do Governo ou dos sindicatos, os trabalhadores entrevistados adoptam estratégias de obediência e aparente passividade:

Nós temos que aceitar tudo. É o nosso papel. Mesmo reclamar. Há-de reclamar aonde? A polícia não entra. Quando entra pede dinheiro. Só chegam à porta para levar dinheiro. (Operário da construção civil)

Contudo, a aparente resignação dos trabalhadores moçambicanos não invalida a existência de diversas estratégias de resistência passiva em relação aos seus empregadores. A obediência não deixa de constituir um processo de conquista da confiança das chefias, com vista a permitir um maior relaxamento da vigilância e conseqüente autonomia do trabalhador. As estratégias de resistência diagnosticadas assentaram, sobretudo, nos roubos, nas sabotagens, na ironia e em manifestações pacíficas de protesto⁵². Por muito que o dirigismo chinês possa ser considerado despótico e prepotente, o facto é que não invalida a existência de acções recíprocas, sob a forma de espontâneas estratégias de resistência, o que é revelador da complexidade destas relações de superioridade e de subordinação. Refira-se, contudo, que os roubos e a atribuição de alcunhas não têm unicamente como alvo a comunidade chinesa mas, muitas vezes, os próprios colegas de trabalho moçambicanos.

De qualquer das formas, noutros aspectos, as relações laborais apresentaram uma distância muito mais reduzida, o que foi evidente, por exemplo, ao nível da formalidade das relações ou da ostentação do poder. Apesar da atitude brusca e da rigidez, as relações entre moçambicanos e chineses podem assumir um carácter informal. Durante a sua gravidez, uma técnica da indústria gráfica moçambicana foi convidada pela esposa do gerente para almoçar em sua casa. Após o nascimento, era com ternura que esta segurava o bebé, quando a mãe o trazia para o local de trabalho. Na construção civil é possível assistir a animadas conversas entre trabalhadores chineses e moçambicanos, que, apesar das dificuldades de comunicação, podem ser vistos a rir em conjunto.⁵³ Por outro lado, dos chineses diz-se que não têm hábitos de ostentação mas, pelo contrário, que a sua atitude é marcada pelo ascetismo e pela simplicidade.⁵⁴ Como referia uma operária da indústria, os chineses raramente renovam o vestuário, continuando a usar a roupa que compraram há muitos anos.

Não obstante os trabalhadores moçambicanos reconhecerem no empregador chinês uma inegável autoridade, a não ostentação da riqueza retira-lhes estatuto social, pelo menos comparativamente com os congéneres empregadores de descendência europeia.⁵⁵ Como referia um interlocutor moçambicano *'o chinês não é um patrão tradicional em África. O europeu, o americano, o ocidental até é um patrão tradicional. O chinês não é. Portanto há essa primeira dificuldade em olhar para o chinês como um patrão'*.⁵⁶ Nesta perspectiva, a palavra *'patrão'* é portadora de dois significados: por um lado, é tradutora de uma relação de autoridade e de dominação de um empregador sobre um subordinado. Por outro lado, o conceito traduz um significado de cariz mais simbólico, revelador de ostentação e de estatuto social. Tão ou mais importante que *'ser patrão'* é precisamente *'parecer patrão'*, e esse reconhecimento advém da demonstração pública (ante a família, os

vizinhos, os amigos) de sinais exteriores de riqueza, tanto em bens (telemóvel topo de gama, veículo 4x4, aparelho de som *hi-fi*), como em relação aos subordinados (dando ordens ostensivas em público), como, até, em termos de posse de capital cultural (celebração em grupo da graduação universitária).

Representações da capacidade de trabalho

Nas imagens construídas sobre os trabalhadores chineses em Moçambique, um elemento claramente estruturador relaciona-se com a sua extraordinária capacidade de trabalho, de organização e concretização de complexas obras de engenharia:

Eles sentam no computador, eles discutem, vêm quatro ali... discutem... vão para a obra (...) mas vai ver, a perfeição com que eles trabalham, eu tiro o chapéu! Ele veio trabalhar! Não é um indivíduo que veio para se gabar. Nada disso! Veio para trabalhar! (Técnico de recursos humanos moçambicano)

A extrema dedicação à tarefa é enfatizada pelas horas de trabalho dedicadas em horário pós-laboral (inclusive durante a noite), aos domingos⁵⁷ e feriados. Sobretudo nos primeiros meses em Moçambique, os trabalhadores chineses tendem a dedicar todo o seu tempo à empresa. Foram frequentes os testemunhos de prolongadas cargas horárias semanais, por vezes acima das 80 horas, em sectores como a construção civil, a restauração ou a indústria transformadora. Trata-se de uma vida dedicada exclusivamente ao trabalho, onde não resta tempo para o lazer, nem mesmo para a recuperação de um acidente:

Nada. Se sair [da obra] é para ir ali ao pé, volta. Não vai longe. (Operário da construção civil moçambicano)

[Mesmo seriamente ferido] foi trabalhar, [risos] foi, foi, foi! [risos] É engraçado, é uma coisa que admiro nos chineses, essa aí, eles não sabem o que é doença, não respeitam... Sim, porque no dia seguinte ele devia estar em casa a repousar um pouco. Um repouso. Mas não! [risos] Ele esteve lá. (Empregada de mesa moçambicana)

As qualificações dos chineses foram, no entanto, representadas com algumas reservas por parte de alguns trabalhadores locais, sobretudo no ramo da restauração e da construção civil.⁵⁸ O facto de se tratar de mão-de-obra com

características rurais,⁵⁹ pouco escolarizada e com défices de literacia, pouco fluente no mandarim e pouco familiarizada com a escrita,⁶⁰ não passou despercebido a alguns moçambicanos, sobretudo aos mais escolarizados. Da mesma forma, diversos operários da construção civil relativizaram os esforços dos trabalhadores chineses. De acordo com os mesmos, os colegas chineses limitam-se a orientar e a dirigir, enquanto os moçambicanos realizam os trabalhos mais pesados.⁶¹

Se, da parte das chefias moçambicanas, o desempenho dos técnicos chineses constituiu motivo de admiração, da parte dos operários foi normalmente motivo de desagrado. De facto, considera-se que os chineses trazem para Moçambique a sua cultura e exigência profissional, impondo às populações locais ritmos de trabalho intensos e desajustados à remuneração praticada. A forma como o moçambicano se representa aos olhos do chinês é como uma simples máquina de trabalho, completamente desumanizada. Os chineses são representados como sujeitos obstinados pelos resultados, que desvalorizam a relação afectiva entre os trabalhadores e o respectivo ambiente de trabalho.

A elevada atenção conferida ao trabalho e à produção é incompatível com a valorização de questões tradicionais, como o *'respeito pela doença'*, pela família ou pelos mortos. Nessas situações, as chefias limitam-se ao cumprimento estrito das leis do trabalho. Uma vez que a maioria das populações chinesas não sabe ler português, a justificação de uma falta, mesmo com uma declaração oficial, pode constituir uma tarefa problemática.⁶² Os funcionários reclamam que os trabalhadores chineses em Moçambique estão afastados das suas esposas, pelo que não têm obrigações familiares para cumprir. Como referia um empregado de mesa moçambicano:

Eles estão a olhar para eles como uma família. Mas não estão em casa. Nós estamos. Nós temos aqui os nossos parentes. E a morte ninguém traça, acontece... eles não entendem, a pessoa fica doente, fica doente, eles fazem o desconto dos dias que não vem, sabendo que a pessoa não está bem. A pessoa fica mal ali, eles olham para ti e nem dizem vai para casa... Tenho colegas que têm crianças, têm famílias, fica doente a criança, levam para o hospital, ela vem explicar... o que é que eles respondem? Não quero saber do hospital... mas eles não têm nenhum sentimento... mas nenhum mesmo!

A orientação chinesa para a tarefa e para a produção contrasta com a importância conferida em Moçambique ao domínio do espiritual. Pressionados pelos seus empregadores para trabalhar ao domingo, alguns moçambicanos procuram

explicar os seus compromissos religiosos, invariavelmente sem sucesso. De acordo com um operário da construção civil, *'quando eu lhes digo, quero ir à Igreja, eles perguntam, você vai à Igreja? Pensa que o dinheiro vai ter? Podia vir aqui trabalhar para aumentar o teu dinheiro para casa.'*

Representações da legalidade da conduta chinesa

Por fim, uma outra representação frequentemente emitida pelos trabalhadores locais relacionou-se com o não cumprimento da lei moçambicana. A maioria das empresas chinesas analisadas opera com um número de funcionários estrangeiros claramente acima da quota estipulada. Em muitas empresas, sobretudo no sector da construção civil,⁶³ a proporção de trabalhadores chineses apresenta-se próxima dos 40% relativamente ao total de efectivos. Nas grandes obras públicas, a contratação de trabalhadores chineses enquadra-se em acordos diplomáticos, estabelecidos entre os Governos dos dois países e com financiamento governamental. Sem essas vantagens, as pequenas e médias empresas do sector privado enfrentam maiores dificuldades, inclusivamente ao nível da legalização dos trabalhadores expatriados. Nestes casos, muitos chineses operam sem contrato de trabalho, normalmente com visto de turista ou de residência precária.⁶⁴ O aumento do investimento estrangeiro em Moçambique, acompanhado por um sistema de quotas que limita a contratação de expatriados, gerou o desenvolvimento de uma série de serviços paralelos, por parte de solicitadores moçambicanos. Tal como noutros países africanos,⁶⁵ o sistema funciona em rede, por intermédio de um grupo de angariadores com bons contactos nos serviços de migração e fronteiras e noutros ministérios, que cobram valores variáveis pela prestação de serviços diversos, como a renovação de vistos, a legalização de cidadãos estrangeiros com visto caducado ou, inclusive, a obtenção de um Documento de Identificação e Residência de Estrangeiros (DIRE).⁶⁶

O processo de contratação de trabalhadores foi feito de uma forma bastante desorganizada e flexível. Muitos dos trabalhadores não assinaram contratos e declararam não ter qualquer comprovativo de pagamento à Segurança Social, inclusivamente em algumas obras públicas. As situações de incumprimento das normas laborais foram bastante frequentes. De acordo com uma inspectora do trabalho, estas situações eram favorecidas pelo facto de o Código do Trabalho não estar disponível em mandarim. Como referia um advogado da Liga dos Direitos Humanos, ainda que os chineses já tenham acesso a essa informação na sua língua, continuam a realizar uma *'interpretação chinesa da lei moçambicana'*. Esta situação foi confirmada, no terreno, por um representante do SINTICIM, destacado para as obras do novo estádio nacional. De acordo com o mesmo, os

chineses criaram um conjunto de artifícios com vista a facilitar o despedimento de trabalhadores moçambicanos (sem pagamento de indemnizações) ou de aplicação de penalizações no salário. Segundo o delegado sindical, as situações de agressão contra trabalhadores moçambicanos também são geridas com maior ligeireza pelos funcionários governamentais.

Numa pequena empresa do sector privado, o comportamento dos chineses foi considerado bastante sinistro, levantando-se inúmeras suspeitas de ilegalidades:

Então eles encontram-se ali e jogam. Fora desse sítio, às vezes aparecem alguns mulatos, entram por trás, não sabemos, entram num armazém onde nunca entrou nenhum moçambicano, há armazéns privados ali, não sabemos o que tem lá dentro. De repente pode entrar com um saco qualquer... (Empregado de mesa moçambicano)

Na verdade ele não pode ser visto...Mmmm, um deles eu já lhe vi, vem pintado, usa um boné, tem normalmente que fechar a cara, ele não pode ser reconhecido. Não sei se ele tem medo de ser reconhecido. Eu não sei. Ele entra com uma mochila muito grande, entra, quando entra o patrão tem que subir com uma balança... São moços bem estranhos que têm entrado com essas mochilas. São bem estranhos. (Empregada de mesa moçambicana)

O carácter separatista e desconfiado dos trabalhadores chineses reforça a suspeição dos moçambicanos relativamente à legalidade das suas actividades. De acordo com um empregado de mesa local, *'eles são muito fechados! Isso demonstra que há sempre alguma coisa que não está bem. O chinês, acho que é a única raça que está em qualquer país é desconfiado... Eles apresentam sempre uma... eles desconfiam... espera tudo dos chineses.'*

Os empregadores e trabalhadores chineses foram associados, com frequência, à corrupção de inspectores do trabalho ou de agentes da Polícia da República de Moçambique. O comportamento corrupto foi inclusivamente reconhecido, pelos próprios chineses, aos trabalhadores moçambicanos. De acordo com uma empregada de mesa, *'ele tem coragem de dizer que não tem medo de polícia porque moçambicano gosta de dinheiro'*. A versão dos empregadores é, contudo, bastante mais vitimista, destacando a vulnerabilidade da população chinesa à avidez de uma polícia local corrupta e oportunista.⁶⁷ De facto, a maioria dos chineses entrevistados auto-representou-se como o principal alvo dos agentes da lei moçambicanos.⁶⁸ De qualquer das formas, as estratégias de gestão chinesas tendem a contornar a lei

moçambicana, procurando capitalizar o seu poder económico para subornar os funcionários governamentais. Aproveitando-se do poder resultante da sua função, diversos moçambicanos com posições influentes não deixam de procurar retirar daí benefícios.

Conclusão

Da análise comparativa das diferentes representações constata-se que, nos discursos veiculados pelos quadros seniores governamentais, se tende a destacar as boas relações diplomáticas entre os dois países, bem como as características da cooperação chinesa. De acordo com os diplomatas nacionais, pelo facto de não impor condições no investimento em África, o Governo chinês estimula uma relação de *'win win'*. Estes actores enfatizam ainda a importância do investimento e do conhecimento chinês para o desenvolvimento económico de Moçambique.

O aparente bom relacionamento que se verifica ao nível do topo contrasta com o carácter tenso das relações ao nível de base, particularmente sensível nas relações laborais. Neste nível, os baixos salários, as dificuldades de participação (agravadas pela diferença linguística), as enormes pressões laborais e o carácter dirigista, despótico e por vezes violento dos trabalhadores chineses originam um conjunto de atitudes de desagrado, que chegaram a traduzir-se em greves ou atitudes de resistência passiva. De forma a melhor compreender o carácter conflituoso do relacionamento laboral nas empresas chinesas, importa referir dois aspectos: em primeiro lugar, a maioria das empresas analisadas pertence aos sectores da construção civil, da restauração ou da indústria transformadora, áreas marcadas por exigentes condições de trabalho, pelo domínio de uma mão-de-obra pouco qualificada e pelo pagamento de baixos salários (Lopes 2006). Nos estaleiros de construção civil ou numa linha de montagem, os canais de comunicação são tendencialmente verticais e as possibilidades de participação pouco frequentes. Para se compreenderem as relações de trabalho nestes sectores, importa ter em consideração as relações noutras áreas, caracterizadas pela existência de mão-de-obra mais qualificada. Na empresa de telecomunicações analisada, o facto de vários colaboradores serem mais qualificados, minimamente fluentes na língua inglesa, de se promoverem reuniões periódicas de trabalho e de se praticarem ordenados acima da média contribuiu para a existência de um clima de trabalho bem mais satisfatório, comparativamente com os restantes sectores. Em segundo lugar, se o investimento e os empregadores chineses foram bastante criticados pelos trabalhadores moçambicanos (com ecos nos *mass media*), o facto é que estas críticas não deixaram de ser realizadas a outros investidores, não só de capital estrangeiro

– sobretudo portugueses⁶⁹ e sul-africanos – como também moçambicano. Neste contexto, as vozes de protesto não têm necessariamente um carácter anti-chinês, constituindo uma reacção às fortes assimetrias na distribuição de recursos de poder, ou ao que se designa de desumanização das relações de trabalho, com a conivência de agentes do Estado (alegadamente polícia e inspectores do trabalho). Deste modo, as críticas em relação ao investimento chinês traduzem muitas vezes uma atitude crítica relativamente ao Governo moçambicano ou a figuras políticas locais, em geral pertencentes ao partido no poder.⁷⁰

A existência de um conjunto de rumores sobre a actividade chinesa em Moçambique (ao nível do investimento na agricultura, dos vínculos contratuais dos trabalhadores chineses ou das ilegalidades cometidas) é ilustrativo da enorme distância entre as populações chinesas e a sociedade civil moçambicana. Por comparação com diversos países ocidentais,⁷¹ a embaixada da China em Maputo não tem demonstrado o mesmo dinamismo na abertura de canais de comunicação, não contribuindo assim para a redução de preconceitos e estereótipos. A comunicação intercultural é agravada pelas diferenças de ordem linguística.

Por sua vez, o carácter oficioso e lacónico do Governo moçambicano não deixa de conter um significado sociológico interessante de analisar. De facto, financiadas por fundos oriundos de países que contribuem directamente para o orçamento de Estado moçambicano, diversas organizações não governamentais vêm demonstrando a sua preocupação em relação a um conjunto de práticas ambientais. Expostos a um ruidoso sector da sociedade civil, que, ainda que condicionado, veicula um conjunto de receios sobre a falta de transparência do investimento chinês em África, os governantes moçambicanos deparam-se com uma situação particularmente delicada. Por um lado, exprimem uma atitude de inquietação e desconforto, quando confrontados com questões relacionadas com a governação ou com a prestação de contas públicas. Por outro lado, o silêncio traduz uma vontade de não comprometer as relações económicas com o grande capital (não só chinês como de origem ocidental).

Notas

1. A investigação está integrada no projecto 'Configurações empresariais na África e na China: um estudo de quatro países', financiado pelo FCT (PTDC/AFR/72258/2006).
2. 'Coolies' foi a designação usada pelos britânicos durante a segunda metade do século XIX e primeiro decénio do século XX para designar os contratados indianos e chineses nas suas possessões do Oceano Índico e da Ásia do Sudeste.
3. Os asiáticos apresentavam-se claramente segregados. Ainda que os indianos tivessem grande presença no comércio e os chineses na construção civil, ambas as comunidades estavam excluídas tanto das associações que reuniam os comerciantes, como da Câmara de Comércio, da Associação Comercial dos Lojistas, quanto das demais associações de classe, cívicas, beneficentes, recreativas e políticas laurentinas (Zamparoni 2000: 210).
4. Em finais da década de 1960 uma elite de origem chinesa com capital económico e cultural beneficiava de um certo prestígio na sociedade colonial, pelo que o desmoronamento da sociedade e economia coloniais precipitou diferentes diásporas (Medeiros 2007: 180). Em entrevistas realizadas a moçambicanos de origem chinesa, durante o ano de 2010, em Maputo, constatou-se que o modelo de desenvolvimento marxista-leninista imposto logo após a independência constituiu um dos principais motivos da diáspora. De acordo com os interlocutores, muitas famílias transportavam consigo uma memória (vívida ou contada) da experiência maoísta, frequentemente associada à precariedade socioeconómica.
5. Em 1963, o secretário da Frelimo para as relações externas visitou Pequim e foi recebido pelo próprio presidente da República Popular da China, Mao Zedong. Meses mais tarde, Eduardo Mondlane visitou a China, tendo referido que '*the historical struggle of the Chinese people had relevance to the present struggle to the people of Africa*' (cf. Henriksen 1978: 443)
6. Moçambique abriu em Moscovo uma segunda embaixada (Taylor 2006: 110), intensificaram-se as visitas de altos representantes do Governo dos dois países e foram assinados diversos acordos não só com Moscovo mas com outros países do Pacto de Varsóvia. (Taylor 1996: 99-105) defende que o apoio chinês concedido à Frente Nacional de Libertação de Angola, a invasão chinesa do norte do Vietname em 1979, bem como a recusa moçambicana em condenar a invasão soviética ao Afeganistão tiveram um efeito negativo ao nível das relações diplomáticas sino-moçambicanas. A China insistia no não-alinhamento em relação às duas grandes potências (Estados Unidos e União Soviética) que disputavam a sua influência na África Austral, e defendia a adaptação das teorias marxistas à realidade local.
7. Estratégia promovida pelo Governo da República Popular da China de encorajar as empresas nacionais a investir no exterior.
8. A obtenção desta informação não constitui uma tarefa fácil, não só pela inexistência de dados sistematizados nos serviços de migração de Moçambique, como pela relutância dos serviços consulares da China no fornecimento dessa informação. O número apontado constituiu uma estimativa fornecida tanto por parte de um diplomata da embaixada da China em Joanesburgo, como pelo presidente de uma associação de chineses de Fujian, sediada em Maputo. Este último estimava a existência de cerca de 5000 chineses na capital do país e de um número equivalente espalhado pelas restantes províncias.
9. Na Zâmbia, depois da divulgação dos resultados eleitorais de 2006, membros do partido Patriotic Front atacaram diversos negócios chineses (Sautman & Park 2009: 276). O Lesoto também detém um histórico de periódicas erupções de violência anti-chinesas e, em 2008, estas populações asiáticas foram alvo de ataques xenófobos na África do Sul. Paralelamente, o jornal português Público de 17.11.2009 referia que numerosas empresas e trabalhadores da China têm estado a ser assaltados em Luanda, onde pelo menos quatro chineses foram mortos no último ano. Sautman & Park (2009: 259) referem que a violência contra cidadãos chineses foi manifesta, inclusivamente, em Estados do oceano pacífico, como nas ilhas Salomão (em 2005), de Tonga

- (em 2006) e da Papua Nova Guiné (em 2007 e 2009), onde as *chinatowns* e a maioria das lojas geridas por chineses foram queimadas. Um sentimento de apreensão relativamente à imigração chinesa não deixa de ser sentido noutros continentes, como na Europa e nos Estados Unidos.
10. Sautman & Hairong (2009) demonstram que num questionário dirigido a estudantes universitários em 10 estados africanos (incluindo a Zâmbia e a África do Sul), a maioria dos inquiridos tem uma atitude positiva relativamente tanto à China como aos chineses.
 11. A mais proeminente mobilização anti-China e anti-chineses começou na Zâmbia, em meados de 2006. Como demonstram Sautman & Park (2009: 275-281), a campanha anti-China desencadeada por Michael Sata, líder do partido Patriotic Front, integrou-se num quadro de luta política e partidária, que assumiu, por vezes contornos particularmente populistas.
 12. Neste campo foram entrevistados 4 delegados sindicais, representantes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeira e Minas de Moçambique (SINTICIM) e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares (SINTIHOTS).
 13. As primeiras conclusões desta investigação estão sintetizadas em Feijó (2010).
 14. De acordo com o sitemeter, durante o segundo semestre de 2008 registaram-se, em média, entre 19 mil e 26 mil visitantes. Em Julho de 2009, a maioria dos visitantes era oriunda do Brasil, sendo 24% de Moçambique e 11% de Portugal.
 15. A partir do primeiro semestre de 2009, Carlos Serra começou a moderar os comentários no *blog*, o que não tinha acontecido nos anos anteriores.
 16. Esta acção decorreu em Dezembro de 2009 e teve como objectivo não só a recolha de dados no terreno, mas também a disseminação das conclusões do relatório preliminar.
 17. Refira-se que ao longo da investigação procurou-se entrevistar diversos diplomatas chineses, mas a reacção foi ainda mais lacónica. As reacções dos funcionários da embaixada da China em Maputo ou do Centro de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio com a China (CPIDCC) foram sempre evasivas ou negativas, não obstante a nossa insistência.
 18. De acordo com Hon *et al.* (2009: 70), diversos funcionários seniores chineses visitaram Moçambique desde a Cimeira de Pequim em 2006, com destaque para o presidente chinês, Hu Jintao, em 2007, Li Zhaoxing, Ministro dos Negócios Estrangeiros (em 2007); Fu Ziyang, Ministro-adjunto do Comércio (em 2007); Chen Xiaohong, Vice-Ministro da Saúde (em 2007); Wang Gang, Ministro da Ciência e Tecnologia (em 2008); Wang Shichun, Director do Departamento de Ajuda Externa (em 2008); Xiong Shengwen, Vice-Governador da Província de Jiangxi (em 2008); Jiang Zengwei, Vice-Ministro do Comércio (em 2009).
 19. Hon *et al.* (2009: 71) referem às visitas de Armando Guebuza, Presidente da República de Moçambique (em 2006 e 2008); Alcinda Abreu – Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2006); Aiuba Cuereneia, Ministro da Planificação e Desenvolvimento (em 2007); Fernando Sumbana, Ministro do Turismo (em 2007); Felício Zacarias, Ministro das Obras Públicas e Habitação (em 2007); David Simango, Ministro da Juventude e Desportos (em 2007 e 2008); António Fernando, Ministro da Indústria e Comércio (em 2008); Eduardo Joaquim Mulémbwè, Presidente da Assembleia da República (em 2008); Esperança Machavele, Ministra da Justiça (2008); Eduardo Koloma, Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (em 2008); Filipe Nyussi, Ministro da Defesa (em 2009).
 20. A empresa de Telecomunicações de Moçambique anunciou em Agosto de 2008 que estava a negociar uma concessão de financiamento de 25 milhões de dólares com a China. Com o acordo pretendia-se ampliar, até 2010, a cobertura da TDM de 82 para 128 distritos do país (Hon *et al.* 2009: 82).
 21. De acordo com o African Forum and Network on Debt and Development (2007), de 13 milhões de dólares em 1998, o valor aumentou para 422 milhões dez anos mais tarde.
 22. Como constata Chichava (2011: 392), apesar de a agricultura ter sido definida pelo Brasil, Índia e China como uma prioridade na sua cooperação com África, os investimentos destes

- países em Moçambique têm focado sobretudo noutras áreas, como a indústria extractiva e construção.
23. O projecto foi orçamentado em 55 milhões de dólares (*Xinhua*2007), tendo um total de dez técnicos chineses supervisionado a construção do centro de demonstração. O líder do projecto trabalhou na Nigéria, no International Institute for Tropical Agriculture (IITA), como especialista em projectos de cooperação no âmbito da Food and Agriculture Organization (FAO) – Hon *et al.* 2009: 72.
 24. Na reportagem em questão, o jornalista fez referência a um acidente de trabalho, que consistiu numa queda de um trabalhador de uma altura de 35 metros. Na obra não existia nenhum ponto com essa altitude.
 25. O ponto 5 do artigo 31 da Lei do Trabalho estipula um limite máximo à contratação de trabalhadores estrangeiros, nomeadamente 5% da totalidade dos trabalhadores nas grandes empresas, 8% da totalidade dos trabalhadores nas médias empresas e 10% da totalidade dos trabalhadores nas pequenas empresas.
 26. Como estipula o n.º 6 do artigo 31 da Lei do Trabalho, neste tipo de projectos, nos quais se preveja a contratação de trabalhadores estrangeiros em percentagem superior à prevista por lei, não é exigível a autorização de trabalho bastando, para o efeito, a comunicação ao ministério que tutela a área de trabalho, no prazo de quinze dias, após a entrada do trabalhador no país.
 27. A consulta do memorando de entendimento entre os Governos moçambicano e chinês com vista à construção do estádio nacional do Zimpeto foi requerida junto do Ministério da Juventude e Desportos. Apesar da insistência, as respostas foram sempre vagas, lacónicas e inoperantes.
 28. Numa conferência intitulada 'Repensando o Desenvolvimento', co-organizada pela organização não governamental Friedrich Ebert Stiftung e pelo Partido Frelimo, decorrida em Setembro de 2010, após ter apresentado um estudo precisamente sobre as representações da comunicação social e dos trabalhadores moçambicanos acerca do investimento chinês em Moçambique, os ouvintes forneceram-me três comentários, de tendência claramente defensiva. Um primeiro comentário constatou a existência de um movimento anti-chinês, justificado por um '*preconceito*' e '*receio Ocidental*' em relação à concorrência chinesa. Um segundo comentário relativizou as más relações laborais nas empresas chinesas, considerando que se trata de algo normal em empresas recém-instaladas em Moçambique, tal como aconteceu com as empresas da construção civil italianas e portuguesas ao longo da década de 1990. O terceiro comentário enfatizou o profissionalismo, o ritmo e a capacidade de trabalho dos trabalhadores chineses e consequentes vantagens para Moçambique.
 29. Por sociedade civil entendem-se as organizações e instituições não governamentais, normalmente designadas por oposição às estruturas apoiadas pela força do Estado. Trata-se de uma expressão utilizada para designar um conjunto de organizações relacionadas com o desenvolvimento ou com a filantropia, grupos e associações comunitários, organizações femininas ou ambientais, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, movimentos sociais, associações comerciais ou órgãos de informação independentes do Estado.
 30. Biza (2008: 58) e Francisco *et al.* (2008: 26) sustentam que qualquer forma de organização – seja ela política, económica, sindical, religiosa, cultural, desportiva ou de qualquer outra índole – tende a ser entendida como um local de necessária penetração do partido. Como demonstram Groelsema *et al.* (2009: 30), as organizações de massas, tais como os sindicatos e as associações empresariais (normalmente a base sólida das forças da oposição), em Moçambique estão entre os mais alinhados com o partido no poder. Neste contexto desenvolve-se um clima de medo em relação às autoridades, reforçando-se uma cultura política de sujeição, conjugada com moldes paternalistas e clientelistas (Chabal & Daloz 1999: 31-44).
 31. Gabriel Almond & Sidney Verba (1963) definiram três tipos de culturas ao nível da participação política, que designaram de *parroquial*, de *sujeição* e de *participativa*. A cultura *parroquial* desenrola-se em estruturas de poder tradicional, politicamente descentralizadas e marcadas pela fraca visibilidade do Estado no dia-a-dia das populações. Os indivíduos não se envolvem

- no processo político-administrativo. A cultura de *sujeição* desenvolve-se no contexto de uma estrutura política autoritária e fortemente centralizada. Os sujeitos têm consciência do quadro normativo imposto pelo Estado, mas não se envolvem nos processos de tomada de decisão nem têm expectativas de participação. Ao invés, na cultura de *sujeição*, os indivíduos adoptam atitudes passivas e obedientes perante as leis. A cultura *participativa* (característica dos dois sectores em análise) é própria dos sistemas democráticos, onde os indivíduos são politicamente mais activos e participantes. Os cidadãos reconhecem os seus direitos de cidadania e o dever do Estado de se sujeitar à vontade geral. Os autores assinalam que a realidade não é estanque e que os indivíduos agem segundo traços destas três culturas políticas.
32. De facto, em diversos relatórios de avaliação da democracia e da sociedade civil em Moçambique (Francisco *et al.* 2008; Groelsema *et al.* 2009) constata-se um conjunto de factores sociais que condicionam o desenvolvimento da sociedade civil, pelo menos da forma como ela é entendida em contextos ocidentais. Negrão (2003: 15) demonstra que em inúmeros contextos africanos a participação na vida associativa e os processos de tomada de decisão estão condicionados por questões relacionadas com o parentesco, com o género ou com a idade, pelo que a vida associativa tende a ser organizada verticalmente (Chabal & Daloz 1999: 17-30), de acordo com lógicas patriarcais. A presença das designadas autoridades tradicionais – cujo poder tem sido instrumentalizado pelo Governo central no processo de dominação das maiorias rurais (Lourenço 2007: 64-74), e até mesmo de algumas populações urbanas – vem limitando a formação de uma voz pública alargada, gerando formas de *'decentralized despotism'* (Mamdani 1996: 25).
 33. Intitulada '*Carta ao Pai Natal*', Azagaia canta '*E recebíamos a polémica visita oriental / O presidente da China senhor Hu Jintao / E é claro que rubricámos vários acordos pragmáticos / Uma barragem no Zambeze, e a construção do novo estádio / E a China é generosa... / só quer madeira em troca / E desfloresta a nossa mata, com nossa mão-de-obra / Barata, e não se boicota como na Zâmbia / Deixa o povo só falar enquanto o nosso negócio anda*'.
 34. Com letra de Mia Couto, em '*Moçambique que sai do chão*' cantava-se '*Lá vai a tábua de um caixão / O morto é a floresta de uma nação / Toda a riqueza para exportação / Não fica nada para nós, não, não / Não fica nada para nós, não, não / Já está mais que na hora, põe a mão na cabeça / E vê agora como a terra chora / A moto-serra, serra, serra / Rouba o verde, numa outra guerra*'. A música é cantada pelos moçambicanos Gorwane, Xtaca Zero, Gprofam e Pipaz Forjaz e o vídeo está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4vJpyox9guA>, (acedido a 09 de Agosto de 2009).
 35. Os prazos constituíram um sistema de cariz feudal através do qual, no século XVII, territórios do vale do Zambeze foram arrendados pela coroa portuguesa a colonos portugueses, muitos dos quais de origem indiana. Já no século XIX, e de forma a assegurar a ocupação do território ultramarino (num contexto de competição imperialista pelo domínio do continente africano), Portugal concedeu grandes territórios a companhias majestáticas, nomeadamente a Companhia de Moçambique ou a Companhia do Niassa. Trata-se de sociedades comerciais, a quem foi conferido poder político e o monopólio de exploração económica sobre territórios das províncias de Sofala, Manica ou Niassa.
 36. O relatório, em língua inglesa e com data de Outubro de 2006, intitula-se '*Improving the Competitiveness of the Timber and Wood Sector in Mozambique*' e foi destinado à Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).
 37. Beblawi (1987: 51-52) define economia rendeira a partir de quatro elementos fundamentais, entre os quais a predominância das rendas na globalidade da economia, a predominância do carácter externo das mesmas, o reduzido número de personalidades envolvidas em actividades produtivas, bem como na centralização da criação de riqueza numa pequena fracção da sociedade. Numa economia rendeira, o Estado, na sua dupla vertente administrativa e empresarial, constitui o elemento receptor das rendas externas (Abdel-Fadil 1987: 86). Neste sistema, o acesso a proveitos não resulta da remuneração de factores de produção (capital e trabalho), voluntariamente empregues numa lógica de maximização da produtividade.

38. Os amigos das florestas constituiu um movimento da sociedade civil, composto por diversas organizações não governamentais moçambicanas – Centro para a Integridade Pública (CIP), Centro Terra Viva (CTV), Cruzeiro do Sul, FONZA, Justiça Ambiental (JA), Livaningo, ORAM e Pro-Ambiente –, e teve como objectivo a promoção da defesa da floresta moçambicana, através da sensibilização da sociedade civil.
39. A título de exemplo, no caso de não terem registado nenhuma falta, numa empresa da construção civil do sector privado os trabalhadores auferiam um prémio anual no valor de 1000 meticais. No entanto, quando questionado sobre o número de trabalhadores que atinge o objectivo a resposta do empregador foi: *'No. Very few. Maybe one percent'*.
40. De acordo com os respectivos delegados sindicais, somando salários, incentivos e benefícios, muitos operários conseguiam atingir remunerações mensais superiores a 5000 meticais em empresas como a CETA ou a Teixeira Duarte.
41. Compensações concedidas aos trabalhadores (por vezes em dinheiro e por vezes em espécie), normalmente (mas não necessariamente) para fazerem face a despesas relacionadas com a actividade profissional. Estes benefícios podem incluir subsídios de refeição, refeições e bens alimentares, transporte próprio ou colectivo, gasolina, automóvel da empresa, entre muitos outros.
42. Refira-se que a Lei do Trabalho não obriga a entidade empregadora a fornecer subsídio de transporte ou de refeição aos seus trabalhadores, estando esta questão dependente da realização de um acordo colectivo de trabalho. De qualquer das formas, trata-se de uma negociação extremamente difícil em todas as empresas analisadas, pouco abertas à participação dos trabalhadores, sobretudo quando se trata de questões reivindicativas.
43. No estabelecimento analisado, apenas dois trabalhadores moçambicanos recebem uma refeição pelo facto de realizarem o horário completo, de manhã à noite. A empresa emprega 17 trabalhadores. O empregador chinês justificou esta medida pelo carácter potencialmente traiçoeiro dos seus funcionários. Segundo o mesmo, muitos moçambicanos consomem bebidas e alimentos de qualidade duvidosa em barracas do sector informal. De acordo com o interlocutor, se o funcionário moçambicano contrair uma intoxicação alimentar num desses estabelecimentos poderá responsabilizar a refeição oferecida no restaurante, denunciando a situação à inspecção do trabalho ou exigindo ao empregador uma indemnização.
44. Émile-Michel Hernandez (2000: 99-100) define gestão paternalista como uma prática que consiste na disponibilização aos trabalhadores de um conjunto de benefícios sociais (relacionados por exemplo com a alimentação, com a habitação, com a saúde ou até com a formação), em troca de reduzidos índices salariais, perpetuando desta forma a dependência do trabalhador em relação à empresa. De acordo com o autor, no contexto económico africano encontra-se um terreno propício para a manutenção do sistema paternalista. Por um lado, trata-se de um modelo que se adapta com maior facilidade a contextos sociais de cariz colectivista, caracterizados pela maior importância da família e do grupo. Por outro lado, num sistema marcado pela debilidade ou ausência do Estado-providência desenvolvem-se em torno da empresa expectativas de protecção dos trabalhadores, esperando-se que ela colmate um contexto socialmente precário. A este modelo de reciprocidade, observável em países em desenvolvimento (africanos ou asiáticos), Maricourt (1996) classifica de *'père protecteur'*. Neste modelo, o sistema tende a ser aceite pela maioria dos subordinados, que não só percebem a existência de benefícios mútuos, como contribuem para um clima de maior consenso e estabilidade social. A eficácia deste modelo reside, por isso, na estabilidade da cadeia de relações e na criação de redes clientelistas.
45. Trata de uma representação que deve ser entendida a partir da forma como o estrangeiro, em geral, é representado em Moçambique. A associação das populações de origem europeia à riqueza e à prosperidade tem sido constatada em diversas investigações (Serra 2000: 23; Ribeiro 1999: 121-122; Feijó 2011: 167-176).
46. Por volta das 10h00 de um domingo, enquanto trabalhava numa vala nas obras do estádio nacional, um bloco caiu sobre um operário fracturando-lhe os membros inferiores. Apesar das

- queixas, o trabalhador permaneceu sem assistência até por volta das 17h00, altura em que foi levado para o Hospital Central de Maputo.
47. Da mesma forma, Sautman & Park (2009) identificaram todo um conjunto de problemas de higiene e segurança reportados em empresas chinesas na Namíbia (no sector da construção), na Zâmbia (no sector mineiro), ou no Lesoto. O assunto tem levantado muita polémica na comunicação social.
 48. Os testemunhos dos polícias moçambicanos presentes no estádio nacional foram recolhidos antes de 1 de Maio de 2009. Após essa data, na sequência dos tumultos registados que levaram ao baleamento de dois trabalhadores moçambicanos, a atitude das forças de segurança tornou-se bastante mais lacónica e indisponível.
 49. Este rumor foi reproduzido, por vezes com grande convicção e certeza, por parte de funcionários de ministérios, empresários, jornalistas, motoristas de táxi e até investigadores e professores universitários.
 50. Os entrevistados partilharam diversos episódios relacionados com a apresentação de desculpas falsas por parte dos empregadores chineses, normalmente incumbindo trabalhadores moçambicanos nesse sentido. Noutras situações, os trabalhadores chineses demonstraram total incompreensão da língua portuguesa, alegadamente com o propósito de desincentivar a constituição de um comité sindical. Estes episódios foram confirmados por diversos trabalhadores moçambicanos.
 51. Na África do Sul, na Zâmbia (no sector mineiro) ou na Namíbia (no sector da construção civil) também têm sido registadas diversas paralisações laborais em empresas chinesas (Sautman & Park 2009: 262).
 52. Sobre as estratégias de resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo, leia-se João Feijó (em publicação) 'Eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos – resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo' in *Estudos Moçambicanos*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
 53. Refira-se, no entanto, que estas situações podem ser geradoras de conflito por diversos motivos. Por um lado, porque as brincadeiras promovidas pelos chineses são muitas vezes bruscas (palmadas na cabeça, apertar o pescoço com a mão, dar um pontapé, cuspir um cigarro para cima da roupa, etc.). Por outro lado, porque muitas vezes as conversas envolvem o cumprimento de ordens dos colegas chineses (ir comprar algo nas redondezas, etc.) o que muitas vezes termina em acusações de burla e de desvio de dinheiro. É por este motivo que o delegado sindical da SINTICIM nas obras do estádio nacional desaconselha seriamente os trabalhadores moçambicanos a se envolverem neste tipo de interações.
 54. Esta situação foi constatada por diversos entrevistados por Sautman & Park (2009), em diversos países africanos, nomeadamente na Zâmbia e na Namíbia. A título de exemplo, o historiador zambiano Webby Kalikiti (cf. Sautman & Park 2009: 276) referiu que, na Zâmbia, os chineses preferem conduzir os automóveis em vez de contratarem zambianos de descendência africana, como fazem os congéneres europeus, indianos ou libaneses. De acordo com o historiador, para os zambianos é inconcebível que um expatriado realize trabalho manual mas, num estaleiro, um engenheiro chinês pode ser visto a conduzir uma retro-escavadora. Segundo o mesmo, na mesma situação, um congénere japonês sentar-se-ia a ver os zambianos a trabalhar. Outros entrevistados observaram que os chineses chegaram à Namíbia com uma atitude bem mais humilde que as populações de descendência europeia. Para um comerciante local (cf. Sautman & Park 2009: 265), *'Chinese were much better than the Germans or the Boers. He said that the Chinese lived, worked and walked amongst them (as equals and in the townships), as opposed to the whites who only lived in town in their big, fancy houses. He stated that the Chinese did not look down on them; they took local taxis'*.
 55. Ao contrário das populações chinesas, as populações de descendência europeia são conhecidas por habitarem nos bairros mais nobres da cidade (Polana e Sommerschild), por conduzirem bons automóveis, por valorizarem a moda e a imagem ou por frequentarem as praias da Ponta do Ouro, do Bilene ou do Tofo.

56. De acordo com um cidadão moçambicano de origem chinesa, os imigrantes chineses em Moçambique são tratados com menos respeito do que os congéneres europeus, particularmente pelos agentes da autoridade ou pelos funcionários das alfândegas no aeroporto de Mavalane. Segundo o interlocutor, estes funcionários não se atreveriam a dirigir-se ou a revistar as populações europeias da forma indecorosa com que o fazem às congéneres asiáticas, sobretudo as de origem mais humilde.
57. O trabalho aos domingos é mais frequente na indústria de transformação e no sector da construção civil, onde, de acordo com os relatos dos moçambicanos, os chineses gozam apenas um ou dois dias de folga por mês. Já na restauração, o trabalho ao fim-de-semana aparece como uma característica inerente ao ramo de actividade. No sector dos serviços, tende a ser cumprido um horário de expediente, respeitando-se os fins-de-semana e feriados, pelo menos na província de Maputo-cidade.
58. Como referia um proeminente homem de negócios da Zâmbia (cf. Sautman & Park 2009: 272), a maioria dos imigrantes chineses encontra-se ao nível de um estrato social operário ou camponês.
59. A característica rural de muitos trabalhadores chineses, sobretudo das áreas da construção civil ou até das indústrias gráficas está reflectida nas mãos calejadas, na face (marcada pelo sol e pelas condições climáticas), na forma de comer, de olhar e de andar.
60. Como referia um empregado de mesa moçambicano *'Este gerente, ele está a fazer o menu e tem que copiar o que está no computador, ele escrevia coisas que os outros não conseguiam ler, o próprio chinês. Então ele tinha que escrever e tinha que dar voltas e ir até à cozinha para saber aquilo que ele escrevia. Escreveu mal. Não entendem nada do que ele escrevia. Nesse sentido. Não exercitou a escrita na escola (...) Mas naqueles contratos aparece que são licenciados. São mentiras, que inventaram para officiar. Eu dei uma olhada. Isso também é evidente pelo comportamento dos outros chineses'*.
61. Como testemunhava um operário da construção civil moçambicano, *'eles, nos dias em que nós fizemos a greve, nós vimos a maneira deles trabalhar. Os ferros, que eles obrigam nós a carregar, por exemplo, obrigam a carregar, um ferro, duas pessoas, eles carregam quando são quatro. Porque é um ferro de 12 metros. É um ferro de 15 metros. Eles carregam um ferro quando somos dois. Eles carregam quando são quatro'*.
62. A obtenção de uma declaração justificativa de falta também não constitui tarefa simples. Como referia um empregado de mesa *'... no outro dia tive uma infelicidade e tive que ir ao Chokwé. Mas lá é difícil arranjar documento, comprovativo... do falecimento. Não é como aqui em Maputo. Eu cheguei aqui e expliquei para ele mas ele não quis saber. Descontam. Mas essas coisas eles sabem! Porque um deles tem negócios em Nampula. Quando eles precisam de tratar documentos, eles têm que vir aqui a Maputo. Todos os documentos que eles precisam pedem aqui, e depois mandam para lá'*. Por outro lado, muitos trabalhadores recorrem à medicina tradicional, onde não constitui prática requerer uma declaração justificativa. De acordo com o inquérito nacional sobre causas de mortalidade, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (Mazive 2009: 41), o curandeiro constituiu a segunda fonte de cuidados de saúde mais utilizada pelos doentes que morreram devido ao HIV/SIDA (33% nas zonas urbanas e 44,2% nas zonas rurais).
63. Dadas as características da construção civil, o número de trabalhadores na obra pode sofrer bastantes oscilações, dependendo da empreitada que estiver a ser executada. A maioria dos contratos é por isso estabelecida a termo certo, com o objectivo de finalização de uma parte da obra (dobrar ferro, colocar cimento, construir andaimes, etc.), eventualmente renovável. A 7 de Novembro de 2009, operavam, nas obras do estádio nacional, cerca de 500 trabalhadores moçambicanos e 300 chineses.
64. A título de exemplo, numa das empresas analisadas existiam 34 moçambicanos e sete chineses (o que representa mais de 20% dos trabalhadores). Dos sete estrangeiros, apenas dois tinham contrato de trabalho, sendo que outros dois operavam com visto de residência precária e os restantes com visto de turista. Alguns trabalhadores chineses tinham o visto expirado.

65. Na Namíbia, num contexto de contestação pública e do conseqüente aumento do rigor do Ministério do Interior na atribuição de autorizações de trabalho a negociantes chineses, desenvolveram-se formas mais criativas de obtenção de vistos de trabalho. De acordo com Gregor Dobler (2008: 248), muitos negociantes que chegam não vêm sozinhos, mas enquadrados em esquemas organizados, nos quais negociantes estabelecidos actuam como correctores de migração e agentes de autorização de trabalho.
66. Trata-se, inclusive, de um negócio lucrativo para os solicitadores e funcionários do Estado. A regularização de um cidadão estrangeiro com visto de turista caducado (que incorre numa multa de 1000 meticais por cada dia de atraso) custava normalmente para cima dos 3000 meticais. Estes valores eram sempre pagos antes do serviço prestado, que diversas vezes não chegava a ser concluído, deixando os cidadãos estrangeiros reféns dos angariadores que, ou voltavam a exigir mais dinheiro, ou simplesmente devolviam os documentos por regularizar. Diversos chineses entrevistados demonstraram-se transtornados com a situação.
67. Refira-se que o oportunismo não foi atribuído unicamente à Polícia da República de Moçambique mas também a outros cidadãos moçambicanos. Uma das histórias contadas por um trabalhador chinês relacionou-se com um polícia que lhe solicitou a verificação do passaporte na via pública. Uma vez que não trazia o documento requerido, o trabalhador estrangeiro resolveu subornar o polícia. Contudo, outros moçambicanos assistiram à situação e começaram a protestar com o polícia em voz alta, pelo que este acabou por ter que dividir o dinheiro com a população.
68. Como referia um técnico de indústria plástica chinês, *'the policemen especially like to stop the Chinese. It is easy for them to ask money for Chinese... Policemen ask for money like beggars and the police ask for money without reason... They use to ask normally for 200 or 500 meticais. Falam 50 é pouco. Aumentar'*.
69. As críticas ao investimento e às relações laborais em empresas de capital português foram particularmente mediatizadas em finais da década de 1990 e início do novo milénio (Feijó 2011).
70. De acordo com Chichava (2010: 343), para além de envolver empresários chineses, a exploração de madeira também envolve empresários moçambicanos, com uma parte não negligenciável ligada ao partido no poder, mas também à oposição. De facto, Afonso Dhlakama, líder do principal partido da oposição, é referenciado como accionista da Socadiv Holding, Lda., empresa especializada na exploração de madeira.
71. A título de exemplo, o Centro de Estudos Brasileiros, o Instituto Camões, o Centro Franco-Moçambicano, o ICMA ou a Embaixada Espanhola vêm patrocinando e promovendo um conjunto de projectos e eventos culturais, aproximando sectores específicos da sociedade moçambicana.

Referências

- Abdel-Fadil, M. (1987). 'The Macro-Behaviour of Oil-Rentier States in the Arab Region' in H. Beblawi & G. Luciani (ed.), *The Rentier State*. Vol. II, Londres, Croom Helm, pp. 83-107.
- AFRODAD Fact Sheet. (2007). *Chinese Development Assistance in Mozambique*, disponível em: <http://www.afrodad.org/downloads/publications/Mozambique%20Factsheet.pdf> (acedido a 22 de Maio de 2011).
- Almond, G., Verba, S. (1963). *The civic culture*, New Jersey, Princeton University Press.
- BBC News. (2008). 'Chinese to tighten dairy testing', 17 de Julho, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7621651.stm> (consultado a 1 de Maio de 2005).
- Beblawi, H. (1987). 'The Rentier State in the Arab World', H. Beblawi & G. Luciani (ed.) *The Rentier State*, Vol. II, Londres, Croom Helm, pp. 49-62.
- Biza, A. (2008). 'Associações de jovens, Estado e política em Moçambique – da herança a novos desafios (1975-2004)', *Cidadania e Governação em Moçambique*, Maputo, IESE, pp. 49-70.

- Buque, A. (2007). 'Compulsando sobre exploração de madeira', *Notícias*, 14 de Fevereiro, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/26825> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Chabal, P., Daloz, J.-P. (1999). *Africa Works – Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- Chichava, S. (2011). 'As economias emergentes no sector agrícola moçambicano – leituras, implicações e desafios' in L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (org.), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE, pp. 371-400.
- . (2010). 'Moçambique na rota da China – uma oportunidade para o desenvolvimento?' L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (org.) *Desafios para Moçambique 2010*, Maputo:IESE, pp. 337-351.
- Dobler, G. (2008). 'Solidarity, Xenophobia and Regulation of Chinese Businesses in Namibia', Alden, C. et al. (eds.). *China Returns to Africa – A Rising Power and a Continent Embrace*, Londres, Hurst Publishers, pp. 237-255.
- Esteban, M. (2009). 'The Chinese Amigo: Implications for the Development of Equatorial Guinea', *The China Quarterly*, 199, pp. 667-685.
- Feijó, J. (2011). *Do passado colonial à independência – discursos do semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)*, Maputo, Alcance Editores.
- . 'Eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos – resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo' in *Estudos Moçambicanos*, 22, pp. 122-138.
- . 'Biscates, Manobras e Boladas – estratégias de compensação salarial de trabalhadores moçambicanos em Maputo', Maneschky, C., Gomes, Ana e Gonçalves, Ida (ed.), *Nos Dois Lados do Atlântico – trabalhadores, organizações e sociabilidades*, Belém, Editora Paka Tatu, pp. 95-112.
- . (2010). 'Relações sino-moçambicanas em contexto organizacional – um estudo de empresas em Maputo', Serra, C. (ed.), *A Construção Social do Outro – perspectivas cruzadas sobre estrangeiro e moçambicanos*, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 245-316.
- Francisco, A. et al. (2008). *Índice da sociedade civil em Moçambique 2007 – avaliação, desafios, oportunidades e acção*, Maputo, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.
- Groelsem, R. et al. (2009). *Avaliação da Democracia e Governação em Moçambique – Relatório Preliminar*, Maputo, USAID.
- Henriksen, T. (1978). 'Marxism and Mozambique', *African Affairs*, 309, pp. 441-462.
- . (1983). *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's war of independence 1964-1974*, Westport, Connecticut, Greenwood.
- Hon, T. et al. (2009). *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead*. Stellenbosch. Centre for Chinese Studies – University of Stellenbosch.
- Horta, L. (2008). 'China e Moçambique apostam no Vale do Zambeze para fazer "celeiro" chinês', diz investigador, *Macauhub*, 21 de Julho, disponível em: <http://www.macaubhub.com.mo/pt/news.php?ID=5748> (acedido a 17 de Maio de 2011).
- Jackson, S. (1995). 'China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93' *The China Quarterly*, 142, pp. 388-422.
- JMS. (2008). 'Autoridades de Hong Kong confirmam presença de melamina em chocolates Cadbury', *RTP*, 5 de Outubro, disponível em: <http://www1.rtp.pt/noticias/?article=149886&visual=3&dayout=10>, (acedido a 17 de Maio de 2011).
- Lemos, A., Ribeiro, D. (2007). 'Taking ownership or just changing owners?', Firozi, M., Stephen, M. (ed.), *African perspectives on China in Africa*, Cape Town, Fahamu – Networks for Social Justice, pp. 63-70.
- Liu, H. (2009). 'Stepping into Africa: more internationalized or not – Chinese Companies in Angola, Mozambique and Uganda' in *Chinese in Africa / Africans in China – Conference Papers*, Centre for Sociological Research – University of Johannesburg, pp. 217-242.

- Lopes, M. (2006). *Os empresários da Construção Civil e as Relações de Trabalho*, Maputo, Imprensa Universitária.
- Lourenço, V. (2007). 'Do conceito de *campo político* em África: contornos teóricos e exercícios empíricos', *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 13-14, pp. 49-80.
- Mackenzie, C. (2006). *Forest Governance in Zambézia, Mozambique: Chinese Takeaway! Final Report for Fongza*, disponível em: http://www.illegal-logging.info/uploads/Mozambique_China.pdf (acedido a 17 de Maio de 2011).
- Macuácuca, S. (2009). 'Na construção do Estádio Nacional – Moçambicanos escravizados e discriminados', *Público*, (16 de Março).
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Oxford, James Currey.
- Mangwiwo, C. (2007). 'Mozambique, China in talks on hydro-power Project', 20 de Março, disponível em: <http://planetark.org/dailynewsstory.cfm/newsid/40957/story.htm> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Maricourt, R. (1996). 'Paternalisme au Japon et en Occident', *Etudes* 384, pp. 161-171.
- Mazive, E. (ed.). (2009), *Mortalidade em Moçambique – Inquérito Nacional sobre Causas de Mortalidade 2007/8*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- Medeiros, E. (2007) 'Os sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens várias', *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º. 13/14, pp. 157-187.
- Negrão, J. (2003). 'On Relations Between the NGOs of the North and Mozambican Civil Society', Paper presented at the master's course *Alternative Globalization and Non Governmental Organisations in the Realm of Portuguese as Official Language*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 1-22.
- New York Times*. (2008). 'UN grants China permission to import African ivory', *The New York Times online*, 16 de Julho, disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/07/16/world/asia/16iht-ivory.4.14552709.html> (acedido a 1 de Maio de 2005).
- Notícias*. (2007a). 'Ambientalistas desencorajam barragem de Mpanda Nkuwa', 18 de Maio, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/40383> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Notícias*. (2007b). 'Numa afronta à legislação em vigor: madeira não processada continua a ser exportada', 13 de Agosto, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/65026> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Notícias*. (2007c). 'Para extracção e importação de barbatanas: Desconhecidos pescam tubarões em Pomene', 10 de Outubro, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/74750> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Park, Y. (2008). *A matter of Honour – Being Chinese in South Africa*, Joanesburgo, Jacana Media.
- Pátria*. (2007). 'Empreiteiros Chineses ameaçam nacionais' (7 de Novembro).
- Portal do Governo de Moçambique. (2007) *Moçambique e China avaliam cooperação*, 09 de Fevereiro, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/fevereiro2007/nots_po_124_jan_07/ (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Imensis*. (2007). 'Exportação ilegal de madeira envolvia filho de ministro', 09 de Novembro, disponível em: <http://www.imensis.co.mz/news/anviewer.asp?a=10806&z=15> (acedido a 1 de Maio de 2005).
- Santos, B. (2003). 'O Estado Heterogéneo e o Pluralismo Jurídico'; Santos, B. & Trindade, J. (eds.) *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*, Porto, Afrontamento, pp. 47-128.
- Sautman, B. & Park, Y. (2009). 'Dragon Slayers: Political oppositions and anti-China / anti-Chinese mobilization in Southern Africa', *Chinese in Africa/Africans in China – Conference Papers*, Centre for Sociological Research – University of Johannesburg, pp. 255-291.

- Sautman, B. & Hairong, Y. (2009). 'African perspectives on China/Africa links', *China Quarterly*, 199, pp. 728-759.
- Serra, C. (2006). *Fenómeno novo: tiroteio 'chinês' em Maputo*, blog 'Diário de um Sociólogo', 19 de Dezembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2006/12/fenmeno-novo-tiroteio-chins-em-maputo.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007a). *Naturalizar o inatural*, blog 'Diário de um Sociólogo', 10 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/naturalizar-o-inatural.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007b). 'Os caçadores locais das feiticeiras de Salém (8) (ou os cinco mosqueteiros)', blog 'Diário de um Sociólogo', 30 de Abril, disponível em: http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/04/os-caadores-locais-das-feiticeiras-de_30.html (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007c). 'Filho de ministro e negócio ilegal de madeira exportada para a China', blog 'Diário de um Sociólogo', 10 de Novembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/11/filho-de-ministro-e-negcio-ilegal-de.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007d). 'Florestas e madeira em Moçambique: estrangeiros, "pessoas bem posicionadas" e chefes tradicionais envolvidos na ilegalidade (afirma um relatório)', blog 'Diário de um Sociólogo', 28 de Fevereiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/florestas-e-madeira-em-moambique.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007e). 'Terra amada, terra desmatada: o que acontece às nossas florestas em Cabo Delgado', blog 'Diário de um Sociólogo', 30 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/01/terra-amada-terra-desmatada-o-que.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007f). 'Final há desmatção no país, segundo o Ministro do Ambiente! (postagem especial para os mosqueteiros do tudo-está-bem)', blog 'Diário de um Sociólogo', 21 de Agosto, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/08/afinal-h-desmatao-no-pas-segundo-o.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007g). 'Estamos a ser asiaticamente barbatoados em prol da sopa', blog 'Diário de um Sociólogo', disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/10/estamos-ser-asiaticamente-barbatoados.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007h). 'De novo o síndrome da mão estrangeira', blog 'Diário de um Sociólogo', 14 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/de-novo-sndrome-da-mo-estranha.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007i). 'Sim senhor: futebolizemos a vida', blog 'Diário de um Sociólogo', 11 de Fevereiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/SIM-SENHOR-FUTEBOLIZEMOS.HTML> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007j). 'Trabalhadores sofrem? Mas patrão é patrão, canta o Mc Roger', blog 'Diário de um Sociólogo', 22 de Agosto, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/08/trabalhadores-sofrem-mas-patro-patro.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007l). 'E continua o saque desenfreado da nossa madeira', blog 'Diário de um Sociólogo', 13 de Agosto, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/04/segundo-mediafax-barco-com-armas-para.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007m). 'Os caçadores locais das feiticeiras de Salém (3) (Lázaro Mabunda) (continua)', blog 'Diário de um Sociólogo', 28 de Abril, disponível em: http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/04/os-caadores-locais-das-feiticeiras-de_28.html (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007n). '21 de Março, Dia Internacional da Floresta: programa-se marcha em Maputo', blog 'Diário de um Sociólogo', 4 de Fevereiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/21-de-marco-dia-internacional-da.html> (acedido a 13 de Julho de 2012).
- . (2007o). 'Empreiteiros chineses', blog 'Diário de um Sociólogo', 7 de Novembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/11/empreiteiros-chineses.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).

- . (2007p). 'Justiça Ambiental desencoraja Chineses na construção da barragem de Mpanda Nkuwa', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 18 de Maio, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/05/justia-ambiental-desencoraja-chineses.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008a). 'E agora os elefantes', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 17 de Julho, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/07/e-agora-os-elefantes.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008b). 'Atenção: Cadbury e melamina', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 6 de Outubro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/10/cadbury-e-melamina.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008c). 'Leite para bebés com melanina', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 17 de Setembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/09/leite-para-bebs-com-melamina.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008d). 'Barco com armas para Zimbabué: editorial do "Mediafax" critica China, SADC e regime de Mugabe', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 21 de Abril, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/04/barco-com-armas-para-zimbbu-editorial.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008e). 'As mãos africanas de Pilatos (13)' (*fim*), *blog* 'Diário de um Sociólogo', 12 de Julho, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/07/AS-MOS-AFRICANAS-DE-PILATOS-13-CONTINUA.HTML> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008f). 'Nampula: situação dos trabalhadores nas empresas madeiras', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 8 de Dezembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/12/nampula-situao-dos-trabalhadores-nas.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008g). 'Celeiro chinês em Moçambique?', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 21 de Julho, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/07/celeiro-chins-em-moambique.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008h). 'China coloniza África e, claro, Moçambique – escritor Henning Mankell', *blog* 'Diário de um Sociólogo', 11 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/01/china-coloniza-frica-e-claro-moambique.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- Taylor, I. (2006). *China and Africa – Engagement and compromise*, Londres, Routledge.
- Vircoulon, T. (2009). 'Chinese ways to survive in Kinshasa, Democratic Republic of Congo' in *Chinese in Africa / Africans in China – Conference Papers*, Centre for Sociological Research – University of Johannesburg, pp. 308-317.
- Xinhua. (2007). 'China, Mozambique sign cooperation agreement', *Chinadaily*, 28 de Setembro, disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-09/28/content_6143005.htm (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Zampanoni, V. (2000). 'Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos – Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940', *Lusotopie*, pp. 191-222.